



**COMO PODEM AS COMUNIDADES
COSTEIRAS ENVOLVER-SE E BENEFICIAR
DO PROGRAMA *BCLME*: UMA ANÁLISE
*I. RELATÓRIO DA VISITA A ANGOLA***

**AN ASSESSMENT OF HOW COASTAL
COMMUNITIES CAN BECOME INVOLVED
AND BENEFIT FROM THE *BCLME*
PROGRAMME**

I. REPORT OF THE ANGOLAN VISIT





COMO PODEM AS COMUNIDADES COSTEIRAS ENVOLVER-SE E BENEFICIAR DO PROGRAMA BCLME : UMA ANÁLISE

I. RELATÓRIO DA VISITA A ANGOLA



O Programa do Grande Ecosistema Marinho da Corrente de Benguela (BCLME) visa a gestão deste ecossistema único de afloramento costeiro que acompanha as costas de Angola, Namíbia e África do Sul. Financiado pelo portfólio de Águas Internacionais do Fundo para o Ambiente Mundial (GEF), o Programa é implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sendo o Gabinete das Nações Unidas para os Serviços de Apoio aos Projectos (UNOPS) a agência executora. Os três países membros asseguram financiamento adicional através de contribuições em espécie. Ao longo dos 4 000 km de costa vivem comunidades que dependem, a diferentes níveis, dos recursos naturais deste ecossistema, desempenhando um papel importante na gestão e saúde dos recursos costeiros. Ainda que o envolvimento das comunidades costeiras não seja o foco principal do Programa, é cada vez mais aceite que as actividades ao nível comunitário podem contribuir significativamente para o sucesso global do Programa, ao mesmo tempo que criam oportunidades para desenvolvimento comunitário.

Foi neste contexto que a EcoAfrica Environmental Consultants realizou um estudo de 'primeira aproximação' para analisar como as comunidades costeiras podem contribuir para a gestão do BCLME e posicionar-se de modo a obter o máximo proveito dos recursos costeiros, bem como para recomendar qual o papel que o Programa BCLME pode desempenhar para atingir este objectivo. Este relatório apresenta os resultados da visita a Angola. Juntamente com os relatórios específicos das visitas à Namíbia e à África do Sul, este relatório contribui para o estudo global sobre comunidades costeiras, que é objecto de um relatório global. Apresenta-se um conjunto de recomendações e projectos potenciais que podem ser realizados ao nível da comunidade e a diferentes níveis do Governo, conjunto este que pode produzir bons exemplos de desenvolvimento económico local, bem como 'lições aprendidas' úteis para futuros projectos semelhantes nas regiões costeiras do BCLME. Algumas das acções recomendadas para a costa angolana estão já a ser implementadas. Serão bem vindas sugestões sobre o conjunto de acções propostas neste relatório. Tais contribuições poderão ser enviadas para os investigadores da EcoAfrica (francois@ecoafrika.co.za) ou directamente para o Assessor Técnico Chefe do Programa BCLME, Mick O'Toole: otoole@bclme.un.na.

EcoAfrica Environmental Consultants

Fevereiro 2004

ÍNDICE

ACRÓNIMOS	5
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
1 OBJECTIVO DO RELATÓRIO	1
2 VISITAS E REUNIÕES	1
2.1 PROVÍNCIA DE LUANDA	1
2.2 PROVÍNCIA DO BONGO	4
2.3 PROVÍNCIA DO NAMIBE.....	4
3 BREVE ANÁLISE SITUACIONAL	4
3.1 VISÃO GLOBAL DA COSTA	5
3.1.1 <i>Breve Descrição Geográfica</i>	5
3.1.2 <i>Breve Caracterização Sócio-Económica</i>	6
3.2 VISÃO GLOBAL DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS	6
3.2.1 <i>Distribuição Geográfica</i>	6
3.2.2 <i>Contexto da Pesca Artesanal</i>	8
3.3 COMUNIDADES NA PROVÍNCIA DE LUANDA	9
3.3.1 <i>Comunidade de Buraco</i>	9
3.3.2 <i>Comunidade de Sarico</i>	11
3.3.3 <i>Barra do Kuanza</i>	13
3.3.4 <i>Local de desembarque e venda Casa Lisboa</i>	13
3.4 COMUNIDADES NA PROVÍNCIA DE BONGO.....	14
3.4.1 <i>Barra do Dande</i>	14
3.4.2 <i>Ambriz</i>	15
3.5 COMUNIDADES NA PROVÍNCIA DO NAMIBE.....	16
3.6 ALGUNS ASPECTOS E CARACTERÍSTICAS COMUNS DAS COMUNIDADES COSTEIRAS.....	17
4 BREVE ANÁLISE INSTITUCIONAL	19
4.1 MINISTÉRIOS E AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS RELEVANTES	19
4.1.1 <i>Ministério das Pescas</i>	19
4.1.2 <i>Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal</i>	20
4.1.3 <i>Instituto de Investigação Marinha</i>	21
4.1.4 <i>Instituto Nacional de Apoio à Indústria Pesqueira</i>	22
4.1.5 <i>Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Pesqueira</i>	22
4.1.6 <i>Ministério do Urbanismo e Ambiente</i>	22

4.1.7	<i>Governo Local</i>	23
4.2	ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	23
4.2.1	<i>Visão Nacional</i>	23
4.2.2	<i>Rede Maiombe</i>	24
4.2.3	<i>GAPC</i>	24
4.3	OUTRAS AGÊNCIAS E INSTITUIÇÕES	25
4.3.1	<i>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</i>	25
4.3.2	<i>Universidade Agostinho Neto</i>	25
4.3.3	<i>Museu de História Natural</i>	25
4.4	ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS	26
4.5	COLABORAÇÃO ENTRE AS DIFERENTES PARTES ENVOLVIDAS	26
5	CONCLUSÕES PRELIMINARES	27
5.1	COMUNIDADES COSTEIRAS E O IPA.....	27
5.1.1	<i>Reforçar as capacidades do IPA</i>	27
5.1.1.1	Melhoria do acesso a informação por entidades externas.....	27
5.1.1.2	Melhorar a gestão do conhecimento.....	28
5.1.1.3	Capacitação	28
5.1.2	<i>Reestruturar a Intervenção do IPA</i>	28
5.1.2.1	Reestruturar o Programa do IPA	28
5.1.2.2	Alinhar o novo mandato do IPA com programas financiados por doadores.....	28
5.1.2.3	Assegurar uma ampla cobertura geográfica	29
5.1.2.4	Iniciar o diálogo com o sector industrial	29
5.1.3	<i>Promover Projectos Piloto</i>	29
5.1.3.1	Auditar a Cooperativa em Ambriz.....	29
5.1.3.2	Apoiar as Cooperativas em Sarico e Buraco	29
5.1.3.3	Utilizar as capacidades existentes na Barra do Dande.....	30
5.1.3.4	Monitorização e formação.....	30
5.1.4	<i>Melhorar o Sistema de Cooperativas</i>	30
5.1.4.1	Avaliar o sistema de cooperativas em Angola.....	30
5.1.4.2	Promover a troca de experiências	30
5.1.5	<i>Avaliar os Recursos Marinhos</i>	31
5.2	COMUNIDADES COSTEIRAS NO CENÁRIO GLOBAL	31
5.2.1	<i>Turismo Comunitário</i>	31
5.2.2	<i>Plano de Gestão Integrada da Zona Costeira</i>	32
5.2.3	<i>Gestão Comunitária de Recursos Naturais</i>	32
5.3	O GRANDE SALTO	32
ANEXO I: ÁREAS PROTEGIDAS AO LONGO DA COSTA		33
ANEXO I: ÁREAS PROTEGIDAS AO LONGO DA COSTA		34

ANEXO II: PLANO INTEGRADO PARA A COMUNIDADE DE SARICO	36
ANEXO III: TDR PARA A PREPARAÇÃO E ACOLHIMENTO DA PÁGINA DE INTERNET DO IPA	39
ANEXO IV: TDR PARA O ESTUDO DO SISTEMA DE COOPERATIVAS EM ANGOLA	41
ANEXO V: TROCA DE EXPERIÊNCIAS COM COOPERATIVAS DE PESCADORES EM CHILE.	44

ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Figura 1: Comunidades costeiras e locais visitados</i>	<i>2</i>
<i>Figura 2: Zonas climáticas de Angola.....</i>	<i>5</i>
<i>Figura 3: Mangais no Ilhéu dos Pássaros e Tartaruga Leatherback na Praia da Onça</i>	<i>6</i>
<i>Figura 4: Mapas e lista actualizada das Comunidades Costeiras (dados do IPA)</i>	<i>7</i>
<i>Figura 5: Capturas no primeiro semestre de 2001, de acordo com dados do IPA.....</i>	<i>8</i>
<i>Figura 6: Número de pescadores nas várias províncias, de acordo com dados do IPA</i>	<i>9</i>
<i>Figura 7: Número de embarcações de pesca nas várias províncias, de acordo com dados do IPA</i>	<i>9</i>
<i>Figura 8: Pescadores à chegada das embarcações, mulheres preparando o peixe e tarimbos no Buraco.....</i>	<i>10</i>
<i>Figura 9: Mulheres dividindo o peixe, sessão de planeamento e a comunidade de Sarico libertando uma tartaruga marinha.....</i>	<i>11</i>
<i>Figura 10: Habitat de mangais, uma tartaruga apanhada na rede de pesca e entrada para o alojamento na Barra do Kuanza.....</i>	<i>13</i>
<i>Figura 11: Embarcações de pesca, peixe a secar e registo utilizado na cooperativa de Barra do Dande</i>	<i>15</i>
<i>Figura 12: Um antigo edifício colonial em Ambriz, pescadores na cooperativa e no mar</i>	<i>16</i>
<i>Figura 13: Comunidade de Ualala, peixe a secar em Ualala e Salinas perto de Rocha Nova</i>	<i>17</i>
<i>Figura 14: O sistema MONICAP, o laboratório do IIM e uma embarcação de pesca de atum em Luanda</i>	<i>22</i>
<i>Figura 15: Sinais das cooperativas em Barra do Dande, Ambriz e Sarico</i>	<i>26</i>

ÍNDICE DE QUADROS

<i>Quadro 1: Reuniões efectuadas na Província de Luanda.....</i>	<i>3</i>
<i>Quadro 2: Reuniões efectuadas na Província do Bengo</i>	<i>4</i>
<i>Quadro 3: Necessidades identificadas pelos membros das cooperativas em Sarico.....</i>	<i>12</i>
<i>Quadro 4: Forças e fraquezas identificadas pelos membros das cooperativas em Sarico.....</i>	<i>12</i>
<i>Quadro 5: Fraquezas e forças das comunidades costeiras</i>	<i>18</i>
<i>Quadro 6: Número de ONGs e agências das NU nas províncias costeiras.....</i>	<i>24</i>

ACRÓNIMOS

ACTF	Área de Conservação Transfronteiriça
ASDI	Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCLME	Benguela Current Large Marine Ecosystem (<i>Grande Ecossistema Marinho da Corrente de Benguela</i>)
BENEFIT	Benguela Environment Fisheries Interaction and Training (<i>Programa de Formação sobre a Interação das Pescarias de Benguela</i>)
CI	Conservação Internacional (<i>Conservation International</i>)
DFID	Department for International Development (<i>Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido</i>)
DI	Deslocados Internos
DLIST	Distance Learning and Information Sharing Tool (<i>Plataforma para Aprendizagem e Troca de Informação à Distância</i>)
FADEPA	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Pesqueira
FAO	Food and Agriculture Organisation (<i>Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura</i>)
GAPC	Grupo de Apoio aos Povos Carentes
GC	Gestão do Conhecimento
GCRN	Gestão Comunitária de Recursos Naturais
GEF	Global Environment Facility (<i>Fundo para o Ambiente Mundial</i>)
GIZC	Gestão Integrada de Zonas Costeiras
IDF	Instituto de Desenvolvimento Florestal
IIM	Instituto de Investigação Marinha
INAIIP	Instituto Nacional de Apoio à Indústria Pesqueira
IPA	Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal
LME	Grande Ecossistema Marinho (<i>Large Marine Ecosystem</i>)
MdE	Memorando de Entendimento
MONICAP	Monitoring and Control of Fishing Activities Project (<i>Projecto de Monitorização e Controlo das Actividades Pesqueiras</i>)
MUA	Ministério do Urbanismo e Ambiente
NBSAP	National Biodiversity Strategy and Action Plan (<i>Plano Nacional de Estratégia e Acção para a Biodiversidade</i>)
NU	Nações Unidas
OC	Organização Comunitária
OCHA	Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (<i>Escritório para a Coordenação dos Assuntos Humanitários</i>)
OKACOM	Permanent Okavango River Basin Water Commission (<i>Comissão Permanente para a Água na Bacia Hidrográfica do Okavango</i>)
ONG	Organização Não-Governamental
PMEDP	Programa de Meios de Existência Duráveis de Pesca
PNUA	Programa das Nações Unidas para o Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTF	Parque Transfronteiriço
RDC	República Democrática do Congo
SADC	Southern African Development Community (<i>Comunidade de Desenvolvimento da África Austral</i>)

- SEACAM** Secretariat for Eastern African Coastal Area Management (*Secretariado para a Gestão Costeira da África Oriental*)
- TdR** Termos de Referência
- UAN** Universidade Agostinho Neto
- UNOPS** United Nations Office for Project Services (*Gabinete das Nações Unidas para os Serviços de Apoio aos Projectos*)
- VMS** Vessel Monitoring System (*Sistema de Monitorização de Navios*)

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Grande Ecossistema Marinho da Corrente de Benguela (BCLME) acompanha as áreas costeiras de Angola, Namíbia e África do Sul, representando um ecossistema marinho único de afloramento. Visando o estabelecimento de uma gestão efectiva do BCLME, o Programa BCLME é uma iniciativa multi-sectorial financiada pelo Fundo para o Ambiente Mundial (GEF) e contribuições adicionais, financeiras e materiais, dos três países membros. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) implementa o Programa e o Gabinete das Nações Unidas para os Serviços de Apoio aos Projectos (UNOPS) é a agência executora. As comunidades nas áreas costeiras de Angola, Namíbia e África do Sul dependem dos recursos costeiros e marinhos para a sua subsistência, desempenhando, assim, um papel fundamental na gestão deste Grande Ecossistema Marinho (LME). Não há dúvida que o envolvimento destas comunidades no Programa pode contribuir para os seus objectivos. O estudo realizado pela *EcoAfrica Environmental Consultants* analisa como os habitantes costeiros podem posicionar-se de modo a retirar o máximo proveito dos recursos do BCLME e áreas costeiras, bem como qual o papel que o Programa BCLME pode desempenhar para atingir este objectivo e contribuir para o seu sucesso. Foram realizadas visitas aos três países para, em conjunto com membros da comunidade e outras partes interessadas relevantes, identificar projectos pilotos que podem ser levados a cabo pelas comunidades e sugerir modos para criar meios de subsistência alternativos.

Este relatório apresenta os resultados das discussões e visitas efectuadas em três províncias de Angola – Luanda, Bengo e Namibe – e constitui informação de base para o relatório global sobre os três países. Uma equipa de investigadores da EcoAfrica trabalhou de perto com representantes do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (IPA), um instituto do Ministério das Pescas que visa promover o desenvolvimento das comunidades de pesca artesanal. A equipa visitou comunidades costeiras e cooperativas de pescadores, bem como participou em discussões com várias partes interessadas desde ministérios e agências governamentais a organizações não governamentais (ONG) e membros das comunidades. Foi identificado um conjunto de projectos piloto que têm uma grande afinidade com os objectivos do Programa BCLME e que podem contribuir para o desenvolvimento das comunidades costeiras. Estes projectos piloto encontram-se descritos neste relatório.

As comunidades ao longo da costa de Angola são fortemente dependentes do mar, sendo a pesca artesanal o seu principal meio de subsistência. Segundo o IPA, existem 102 comunidades piscatórias ao longo dos 1 650 km de costa angolana. Não obstante os recursos biológicos marinhos abundantes e saudáveis, os habitantes costeiros praticam actividades de pesca com material e infra-estrutura de apoio insuficiente e vivem muitas vezes na pobreza. As comunidades de Sarico e Buraco são exemplos típicos da maioria das 102 comunidades ao longo da costa angolana, com a diferença de que se localizam perto de Luanda, um grande mercado para recursos marinhos biológicos. Considerando a sua proximidade do principal centro do país, uma a norte e outra a sul de Luanda, estas comunidades podem ser facilmente visitadas e podem constituir projectos piloto excelentes onde se podem extrair ‘lições aprendidas’ e onde, em princípio, poderá ser atingido um elevado nível de sucesso. Estas duas comunidades têm necessidades urgentes em termos de água potável, escolas, cuidados de saúde e gestão de resíduos, para não falar de material de pesca e formação sobre métodos de pesca sustentáveis. No entanto, as pessoas nestas comunidades estão dispostas a fazer qualquer esforço para aproveitar as suas capacidades e reunir recursos para atingir maiores produtividades e melhores condições de vida.

Num número crescente de comunidades, as cooperativas de pescadores estão a fazer esforços concertados para atingir estes objectivos. Enquanto o sistema de cooperativas está ainda a evoluir, e o seu sucesso na satisfação das necessidades das comunidades está ainda por avaliar, o sistema apresenta grande potencial e vasto apoio por parte de diferentes entidades, incluindo ao nível do Governo. O IPA está numa posição em que pode desempenhar um papel de moderação e apoio. As

cooperativas de Barra do Dande e Ambriz são duas histórias de sucesso emergentes que demonstram que o sistema pode funcionar, mas que é necessário apoio contínuo para assegurar que se atinge uma situação satisfatória e duradoura.

O Programa BCLME pode desempenhar um papel importante na colaboração com parceiros locais e internacionais na criação de oportunidades para o desenvolvimento de meios de subsistência através da utilização sustentável dos recursos costeiros. Deverá ser prestada assistência às comunidades de Sarico e Buraco para fortalecer as suas cooperativas, contribuindo deste modo para maiores níveis de produtividade de pesca e para a redução da pobreza. A cooperativa de Ambriz, bem sucedida mas com problemas relacionados com as dimensões das embarcações disponíveis, teria muito a ganhar com uma auditoria geral. Seria vantajoso para todas as comunidades um estudo do sistema de cooperativas em Angola, através do qual a contribuição actual e potencial do sistema para satisfazer as necessidades dos pescadores e das suas famílias poderia ser avaliada à luz das ‘lições aprendidas’ em várias cooperativas. A cooperativa na Barra do Dande, considerada uma história de sucesso emergente no sistema de cooperativas, poderá ser utilizada como centro de formação. Poderão ainda extrair-se ‘lições aprendidas’ adicionais de cooperativas fora de Angola, especialmente em países como o Chile, onde o sistema de cooperativas se encontra num estado maduro.

Estabelecendo a ligação entre as comunidades costeiras e o Ministério das Pescas, o IPA mantém uma relação estreita com as comunidades e as cooperativas. Esta relação foi observada pela EcoAfrica durante as visitas conjuntas com o IPA às comunidades costeiras. O IPA presta assistência na criação de cooperativas de pesca e na formação, bem como na concessão de crédito para aquisição de material de pesca. O IPA, o Instituto de Investigação Marinha (IIM), a Universidade Agostinho Neto (UAN) e o Museu de História Natural desempenham um papel fundamental na recolha e gestão de informação que é crucial para a utilização sustentável dos recursos costeiros. Apesar de estar seriamente empenhado na melhoria da vida dos pescadores nas águas costeiras e fluviais, o IPA tem grandes necessidades institucionais, financeiras e organizacionais. A troca de informação entre o IPA e entidades externas é fraca e, muitas vezes, dificultada pela falta de conhecimentos de língua inglesa entre o pessoal do IPA e pela falta de equipamento informático e rede de trabalho. Como uma organização em crescimento, o IPA tem grandes necessidades em termos de gestão do conhecimento e de informação, incluindo armazenamento e acessibilidade de informação, relação com outros centros de informação e acesso ao material do IPA por entidades externas. As comunidades encontram-se geralmente bastante isoladas e a cobertura geográfica do IPA é actualmente insuficiente para assegurar, ao longo de toda a costa, o acesso a informação relacionada com métodos sustentáveis de pesca e transformação de pescado.

A fraca troca de informação e insuficientes capacidades condicionam as oportunidades de apoio de doadores e parceiros a projectos promovidos pelo IPA e comunidades. O reforço institucional do IPA é essencial para garantir o sucesso do Instituto no fomento da pesca artesanal. Satisfazer as necessidades do IPA significa assegurar um melhor acesso à informação por entidades externas, promover o Instituto e os seus objectivos, melhorar a troca de informação e o sistema de gestão do conhecimento, adquirir conhecimentos informáticos e de língua inglesa e, ainda, reestruturar o Programa do IPA de modo a torná-lo mais acessível a doadores e potenciais parceiros. A Plataforma de Aprendizagem e Troca de Informação à Distância (*Distance Learning and Information Sharing Tool, DLIST*) é uma plataforma *online* que envolve um número crescente de partes interessadas ao longo das costas namibiana e sul africana em discussões e troca de informação. A DLIST está a ser estendida para Angola e poderá promover a troca de informação de ‘lições aprendidas’ entre os três países, ajudando deste modo a quebrar o isolamento do IPA, outras instituições e as comunidades.

Dotada de recursos abundantes e de um grande potencial turístico, as áreas costeiras de Angola onde estas comunidades vivem atraem números crescentes de investidores e empreiteiros. Este é o caso da Barra do Kuanza e da costa do Namibe, onde se verifica a construção de alojamentos exclusivos para pesca desportiva, ou da Barra do Dande e Ambriz, onde o número de desenvolvimentos privados está

a crescer. As áreas costeiras à volta da Baía da Corimba, uma área de criação de importância biológica e económica para os pescadores perto de Luanda, encontra-se ameaçada por um desenvolvimento insustentável, incluindo o arroteamento de grandes áreas de zonas húmidas para urbanização ou extracção de sal, o corte de mangais para obter carvão de lenha, e poluição. As paisagens espectaculares e os ecossistemas únicos das áreas desertas do sul de Angola são, em grande parte, abrangidas pela Área de Conservação Transfronteiriça (ACTF) que atravessa a fronteira entre a Namíbia e Angola. É urgente assegurar um planeamento adequado, podendo as comunidades desempenhar um papel significativo na co-gestão de recursos naturais em todas estas áreas.

Angola encontra-se numa fase crítica, em que o desenvolvimento pode ter uma grande influência nos recursos e comunidades costeiras. Esta é a altura ideal para definir tendências que assegurarão o envolvimento das comunidades costeiras no desenvolvimento e a preservação dos recursos naturais. As novas leis e políticas deverão apoiar-se em conceitos como a Gestão Comunitária de Recursos Naturais (GCRN). O *input* necessário nos processos de política e gestão costeira incluem uma avaliação dos recursos costeiros, o desenvolvimento de Directrizes para Avaliação Ambiental do Turismo e um plano de Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC). Avaliações do potencial turístico e modos de promover o turismo comunitário em áreas como a Barra do Kuanza, Barra do Dande, Ambriz e a TFCA no Sul de Angola podem abrir caminho para a criação de meios alternativos de subsistência que garantem a protecção dos recursos naturais. O Programa BCLME pode desempenhar um papel fulcral em todos estes aspectos através da identificação de parceiros adequados, assim como da disponibilização de financiamento suplementar que pode ser complementado por outros parceiros.

Conscientes das suas necessidades e dos enormes desafios que o país enfrenta, as várias entidades que colaboraram nesta visita expressaram interesse em envidar todos os esforços para assegurar uma gestão sustentável dos recursos naturais que satisfaça as necessidades dos habitantes costeiros. Se os recursos costeiros de Angola forem propriamente utilizados, não haverá razão para os níveis de pobreza que são hoje visíveis ao longo da costa. O Programa BCLME, quando alinhado com outros quadros que partilham objectivos semelhantes ou relacionados, poderá ampliar os esforços para atingir uma utilização mais sustentável dos recursos costeiros. O modo como tal poderá acontecer será discutido no relatório global. Entretanto, Angola deverá ser encorajada a depender menos dos doadores do que das suas próprias forças – das quais existem múltiplos exemplos nos campos da ciência, gestão e organização comunitária – e a explorar a sua riqueza em recursos biológicos marinhos de tal modo que parte dessa riqueza possa ser utilizada no desenvolvimento do sistema de cooperativas. Para tal, será necessário investigar a institucionalização de uma contribuição a extrair do sector de pesca comercial, uma vez que este sector partilha alguns dos recursos biológicos marinhos com comunidades piscatórias que não têm ainda os meios para retirar a sua porção dos benefícios destes recursos.

1 OBJECTIVO DO RELATÓRIO

O estudo sobre comunidades costeiras, encomendado pelo Programa do Grande Ecosistema Marinho da Corrente de Benguela (BCLME), envolveu visitas a Angola, Namíbia e África do Sul. O objectivo deste relatório é apresentar os resultados da visita a Angola, resultados estes que servem de base para o relatório global sobre comunidades costeiras. A visita foi efectuada pelos investigadores da EcoAfrica Dr. Francois Odendaal, Dr. Claudio Velasquez e Sra. Raquel Garcia, de 17 a 28 de Novembro de 2003, às Províncias de Luanda e Bengo. Foram ainda efectuadas visitas informais na Província do Namibe nos dias 28 de Setembro e 12 de Outubro. As conclusões e recomendações apresentadas no relatório global são baseadas nos relatórios específicos das visitas a Angola, Namíbia e África do Sul. Este relatório é dividido em quatro secções:

Visitas e Reuniões durante a visita a Angola.

Breve Análise Situacional da costa angolana e das comunidades costeiras, de acordo com o que foi observado e discutido nas visitas e reuniões, e com especial atenção para as comunidades visitadas nas três províncias.

Breve Análise Institucional dos principais ministérios e agências governamentais, Organizações Não-Governamentais (ONG), Organizações Comunitárias (OC) e outras agências e instituições, com base nos resultados das reuniões e interações observadas entre as várias partes, bem como breves discussões com membros da comunidade.

Conclusões Preliminares sobre o modo como as comunidades costeiras podem envolver-se no Programa BCLME e como este Programa pode influenciar positivamente o desenvolvimento das comunidades costeiras.

2 VISITAS E REUNIÕES

As visitas e reuniões tiveram lugar em dois períodos distintos, um às Províncias de Luanda e Bengo e outro à costa da Província do Namibe. A selecção das três províncias ficou a dever-se em grande parte a restrições de tempo e financiamento para este estudo. No entanto, as três províncias são visivelmente diferentes e permitem tirar ilações sobre o caminho a seguir (ver secção 5).

As visitas nas Províncias de Luanda e Bengo foram efectuadas em conjunto com o Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (IPA), um instituto do Ministério das Pescas. Foram conduzidas várias reuniões com pessoas chave em instituições governamentais, ONGs, OC e outras agências e instituições. Durante estas visitas, a equipa filmou as comunidades costeiras e locais de interesse ecológico, bem como recolheu impressões junto das populações locais. Os principais sítios visitados são indicados na Figura 1.

2.1 Província de Luanda

A equipa visitou Luanda, três comunidades costeiras nas proximidades (Buraco e Barra do Kuanza a Sul e Sarico a Norte de Luanda), um local de desembarque e venda de peixe na Ilha de Luanda, bem como locais de interesse ecológico. Foi efectuada uma visita ao Ilhéu dos Pássaros, um sistema importante de mangais na Baía do Mussulo, no navio de investigação do Instituto de Investigação Marinha (IIM) com uma equipa de investigadores do IIM, Museu de História Natural e Departamento de Ecologia da Universidade Agostinho Neto (UAN). Um investigador da EcoAfrica acompanhou uma equipa do Departamento de Ecologia da UAN à Praia da Onça para efectuar um levantamento de tartarugas marinhas ao longo da praia. Foram efectuadas várias reuniões com pessoas chave dos vários ministérios, agências governamentais, ONGs e OCs (Quadro 1).



Figura 1: Comunidades costeiras e locais visitados

Quadro 1: Reuniões efectuadas na Província de Luanda

Instituição	Nome e posição	Reuniões / Visitas
Ministério das Pescas	Antónia Nelumba, <i>Directora Nacional</i> <i>Pessoal do centro de Monitorização de Navios MONICAP</i>	Reunião na Direcção de Pescas e visita ao centro de Monitorização de Navios MONICAP.
Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (IPA)	Moisés Longui, <i>Director</i> Agostinho Duarte, <i>Director Geral Adjunto</i> Carlos Assis Diogo Neto, <i>Director Geral Adjunto</i> Joaquim Afonso Pedro, <i>Chefe do Departamento Nacional de Apoio às Comunidades Piscatórias</i> Pedro Afonso Kingombo, <i>Biólogo</i>	Várias reuniões com a Direcção e outro pessoal do IPA, visitas conjuntas com um representante do Departamento de Apoio às Comunidades Piscatórias a comunidades costeiras, e uma sessão de planeamento conjunta com a comunidade de Sarico.
Instituto de Investigação Marinha (IIM)	Vitória de Barros Neto, <i>Directora Geral e Presindete da Comissão de Organização do Programa BCLME</i> Nkosi Luyeye, <i>Chefe do Departamento dos Recursos Haliêuticos e Coordenador Nacional do Programa BCLME</i>	Reuniões no IIM e visita aos laboratórios.
Centro de Actividade do BCLME para Biodiversidade, Saúde do Ecossistema e Poluição	Maria de Lourdes Sardinha, <i>Directora</i>	Várias reuniões e visitas conjuntas ao Ilhéu dos Pássaros.
Instituto Nacional de Apoio às Indústrias de Pesca (INAIP)	Adriano Mendes de Carvalho, <i>Director</i> Mário Yanga, <i>Director Adjunto Técnico</i> Isabel, <i>Directora Administrativa</i>	Reunião no INAIP com a Direcção.
Universidade Agostinho Neto (UAN)	<i>Professores e estudantes do Departamentos de Biologia e Química</i> Miguel Morais, <i>Professor no Departamento de Ecologia</i>	Reunião na Universidade acerca de troca de informação e DLIST ¹ , visitas conjuntas ao Ilhéu dos Pássaros e Praia da Onça.
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Camilo Ceita, <i>Especialista do Programa de Pobreza, Ambiente e Segurança Humana</i> Tamar Ron, <i>Consultora de Conservação da Biodiversidade para o MUA</i> Gaela Roudy, <i>Representante Assistente Residente, Programa de Reconstrução</i>	Várias reuniões formais e informais.
Grupo de Apoio aos Povos Carentes (GAPC)	José Soares Nenganga, <i>Presidente</i>	Visitas conjuntas à comunidade de Sarico e sessão de planeamento com a comunidade.
Rede Maiombe	Abias Huongo, <i>Presidente</i>	Reunião informal.
Museu de História Natural	Esteves da Costa Afonso, <i>Chefe do Departamento de Investigação Científica</i>	Reunião na Universidade acerca de troca de informação e DLIST, visitas conjuntas ao Ilhéu dos Pássaros
Cooperativa da Comunidade de Buraco	Manuel Jorge, <i>Director</i> Tomás Mukuaxi, <i>Secretário</i> Florinda Araújo, <i>Vice-Presidente</i> António Alberto, <i>Tesoureiro</i> Cecília Louré, <i>Assistente do Tesoureiro e outros membros da cooperativa</i>	Visitas conjuntas com o IPA e reunião com membros da cooperativa.

¹ A Plataforma de Aprendizagem e Troca de Informação à Distância (*Distance Learning and Information Sharing Tool*, DLIST) é uma plataforma de Internet para troca de informação dirigida a partes interessadas ao longo da costa que se preocupam com o desenvolvimento sustentável da zona costeira da corrente de Benguela. É financiada pelo Fundo para o Ambiente Mundial (*Global Environment Facility*, GEF) e pode ser visitada em www.dlist.org.

Instituição	Nome e posição	Reuniões / Visitas
Cooperativa Paz, Comunidade de Sarico	José António, <i>Presidente Executivo</i> José Pedro, <i>Vice-Presidente</i> Francisco, <i>Secretário</i> Z. António, <i>Fiscal</i> José Manuel, <i>Chefe do Departamento de Materiais</i> José Paulino Gongo, <i>Vogal</i> <i>e outros membros da cooperativa</i>	Visita conjunta com IPA e GAPC e reunião com membros da cooperativa, seguida de uma segunda visita para uma sessão de planeamento com a comunidade.
Cooperativa Camungua, Comunidade de Sarico	Pedro Joaquim Silva, <i>Presidente</i> Maria Fátima Afonso, <i>Vice-Presidente</i> José Ambriz, <i>Conselheiro</i> Damião, <i>Auditor</i> Adão José, <i>Departamento de Logística</i> <i>e outros membros da cooperativa</i>	Visita conjunta com IPA e GAPC e reunião com membros da cooperativa, seguida de uma segunda visita para uma sessão de planeamento com a comunidade.
Comunidade de Barra do Kuanza	<i>Vários pescadores e membros da cooperativa</i>	Visitas informais.

2.2 Província do Bengo

Foram efectuadas visitas à costa da Província do Bengo, nomeadamente às comunidades da Barra do Dande e Ambriz, no Norte da Província da Luanda. A equipa da EcoAfrica e IPA reuniu-se com representantes da administração local e membros das cooperativas visitadas (Quadro 2).

Quadro 2: Reuniões efectuadas na Província do Bengo

Instituição	Nome e posição	Reuniões / Visitas
Cooperativa Mukengeji, Barra do Dande	José Vitorino, <i>Presidente</i> José António João, <i>Vice-Presidente</i> <i>e outros membros da cooperativa</i>	Visita às instalações da cooperativa e reunião com membros da cooperativa.
Administração Local de Barra do Dande	Manuel, <i>Chefe da Secção para os Assuntos Comunitários Económicos e Sociais</i> Vicente, <i>Chefe do Gabinete do Administrador</i>	Visita informal à Administração Local.
Cooperativa Sanga Kia N'Ganga, Ambriz	Castelo, <i>Presidente</i> <i>e outros membros da cooperativa</i>	Visita às instalações da cooperativa, reunião com membros da cooperativa e saída num barco de pesca com pescadores da cooperativa.
Administração Municipal de Ambriz	António Luís, <i>Administrador Municipal de Ambriz</i>	Reunião na Administração Municipal.

2.3 Província do Namibe

Foram visitados vários locais ao longo da costa da Província do Namibe: pequenas comunidades a Norte do Namibe (Chapéu Armado, Ualala and Salgado) e a Sul do Namibe (Rocha Nova), as vilas de Namibe e Tômbwa, bem como a Praia dos Flamingos com infra-estruturas turísticas.

3 BREVE ANÁLISE SITUACIONAL

As visitas às Províncias de Luanda e Namibe proporcionaram uma oportunidade para observar secções da costa angolana e produziram resultados que constituem informação de base importante para o relatório global. Apresenta-se nesta secção uma visão global da costa angolana e das comunidades costeiras, bem como descrições mais detalhadas das comunidades visitadas.

3.1 Visão Global da Costa

Esta secção descreve o contexto geográfico e sócio-económico do país e das áreas visitadas.

3.1.1 Breve Descrição Geográfica

Angola tem uma costa de 1 650 km que se estende desde a foz do Rio Kunene até à foz do Rio Zaire, onde a costa angolana é interrompida pela República Democrática do Congo (RDC) que atinge a costa. O enclave de Cabinda constitui a parte costeira mais a norte de Angola e encontra-se separado do resto do país pela RDC. O clima das áreas costeiras varia entre as zonas áridas no sul e os trópicos húmidos no norte (Figura 2).

As regiões costeiras do sul têm uma precipitação anual inferior a 100 mm no extremo sul. O deserto possui paisagens espectaculares e é abrangido em grande parte por duas áreas protegidas contíguas, o Parque Nacional de Iona e a Reserva Parcial do Namibe (ver Anexo I). Estas áreas fazem agora parte da Área de Conservação Transfronteiriça (ACTF) mais recentemente declarada na África Subsariana, que atravessa a fronteira entre a Namíbia e Angola.²

O clima semi-árido estende-se para norte até à área de Benguela e Lobito. O Parque Nacional de Kissama a Sul de Luanda, entre o Rio Kuanza a Norte e o Rio Longa a Sul, é um dos maiores do mundo com 9 600 km². A Norte de Luanda, as florestas secas tropicais dão lugar aos trópicos húmidos antes do Rio Zaire. A vegetação luxuriante em Cabinda oscila entre floresta e savana.

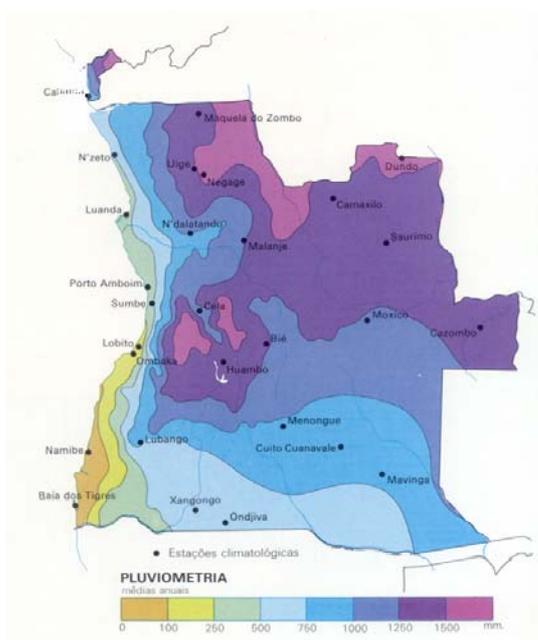


Figura 2: Zonas climáticas de Angola

Perto de Luanda, a equipa da EcoAfrica visitou áreas de grande interesse ecológico. Declarada área protegida em 1973, a Reserva Natural do Ilhéu dos Pássaros é uma pequena ilha com 17 km² na Baía do Mussulo, a Sudeste de Luanda. A ilha faz parte da Baía da Corimba, uma das três grandes baías ao longo da costa Angolana que constituem áreas importantes de criação e desova para peixes, crustáceos e tartarugas marinhas.³ A ilha é periodicamente inundada, albergando uma vasta gama de espécies de aves e mangais. Crucial para os pescadores em Luanda e arredores, esta grande zona húmida encontra-se actualmente ameaçada por poluição urbana, desenvolvimento urbanístico e destruição de mangais.

A Sul da Baía de Corimba, a Praia da Onça foi em tempos a quarta área mais importante de desova de tartarugas marinhas no mundo. Uma secção considerável desta praia é protegida e o acesso é restrito. No entanto, o número de tartarugas está a decrescer rapidamente, pois são frequentemente apanhadas nas redes de pesca, tanto artesanal como industrial, e mortas como fonte de alimento. Um grupo de voluntários encontra-se a fazer um levantamento das tartarugas marinhas ao longo da Praia da Onça, com o objectivo de comparar os resultados com dados de levantamentos antigos e avaliar o estado da população de tartarugas.

² Ver www.dlist.org

³ As outras duas são a Baía do Lobito, na Província de Benguela, e a Baía dos Tigres, na Província do Namibe.

A Barra do Kuanza, na fronteira entre as Províncias de Luanda e Bengo, é um habitat de mangais importante, onde se encontram raras espécies de peixe, aves e mamíferos (ver secção 3.3.3).



Figura 3: Mangais no Ilhéu dos Pássaros e Tartaruga Leatherback na Praia da Onça

3.1.2 Breve Caracterização Sócio-Económica

Existem sete províncias costeiras em Angola (Figura 1). A população de Angola encontra-se largamente concentrada nos centros urbanos, alguns dos quais costeiros tais como Luanda, Benguela, Lobito, Sumbe, Namibe e Tômbwa. Tal deve-se principalmente ao deslocamento das populações rurais durante a guerra. A maioria dos Deslocados Internos (DI)⁴ foram absorvidos pelas comunidades hospedeiras, instalando-se nas áreas urbanas. Apesar de não existirem dados exactos⁵, estima-se que a população urbana tenha aumentado de 14% em 1970 para 60% em 2001. A população da capital, por exemplo, cresceu mais de seis vezes em trinta anos.⁶

O principal centro industrial é a Província de Luanda. No entanto, existe um número significativo de indústrias perto das cidades de Lobito e Benguela, localizadas 700 km a Sul da capital, na Província de Benguela. A indústria do petróleo é o principal pilar das Províncias de Cabinda e Zaire. A pesca é uma actividade importante ao longo da costa. A Província do Namibe é o maior centro pesqueiro de Angola, sendo Tômbwa o maior porto pesqueiro na Província do Namibe. A infra-estrutura viária ao longo da costa não é, de um modo geral, adequada, com algumas excepções tais como as secções entre Sumbe e Luanda e entre Namibe e Tômbwa.

3.2 Visão Global das Comunidades Pesqueiras

Apresenta-se nesta secção uma visão global das comunidades costeiras e das actividades pesqueiras em Angola, seguida de descrições mais detalhadas das comunidades visitadas nas Províncias de Luanda, Bengo e Namibe.

3.2.1 Distribuição Geográfica

De acordo com dados do levantamento do IPA, existem 102 comunidades ao longo dos 1 650 km de costa angolana (Figura 4). Estas comunidades distribuem-se ao longo de toda a costa, mas com menor densidade nas regiões desertas do extremo sul do país.

⁴ De acordo com dados do Governo de Angola, existiam em Maio de 2002 4.01 milhões de DIs, o que corresponde a um terço da população. Em Maio de 2002 existiam 1.46 milhões de DIs confirmados, de acordo com dados do Escritório para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (*Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*, OCHA) das Nações Unidas.

⁵ O ultimo censo nacional realizou-se em 1970. Em 1983, um novo censo cobriu apenas algumas províncias.

⁶ Hodges, T. (ed), 2002. *Angola – Os desafios do pós-guerra*. *Common Country Assessment 2002*. Publicado pelas Nações Unidas em Angola. Luanda, 2002.

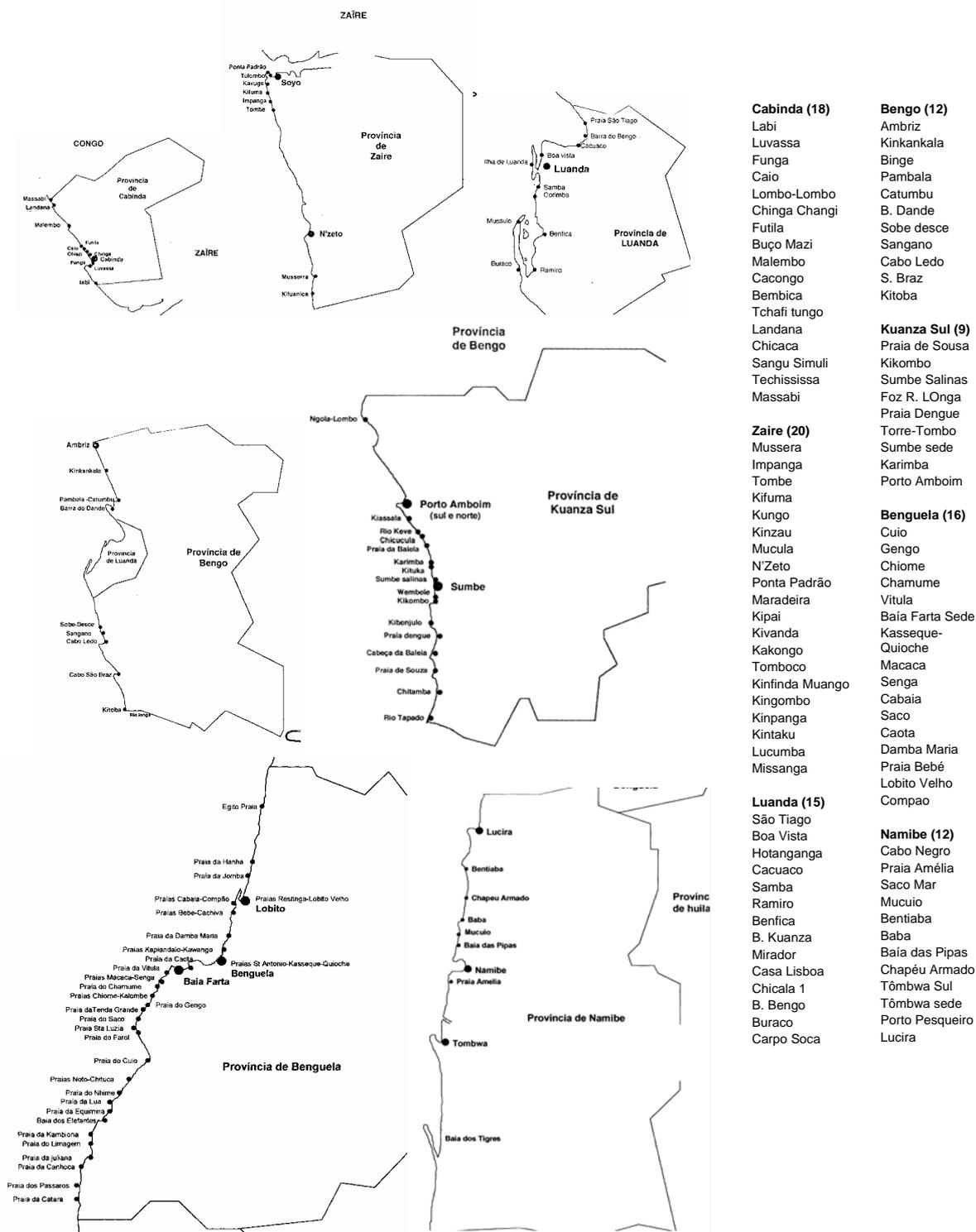


Figura 4: Mapas e lista actualizada das Comunidades Costeiras (dados do IPA)

3.2.2 Contexto da Pesca Artesanal

A zona norte de pesca de Angola estende-se de Luanda à Foz do Rio Congo, com grandes densidades de carapau e sardinha e uma proporção menor de espécies demersais. A área entre Luanda e Lobito constitui a zona de pesca central, onde se encontram sardinhas, carapau e espécies demersais. A zona sul de pesca, entre Lobito e a Foz do Rio Kunene, é sem dúvida a zona mais produtiva onde abundam o carapau, a sardinha, o atum e espécies demersais.⁷

Os pescadores artesanais pescam carapau e espécies de valor menor tais como garoupa, cachucho, corvina e lagosta, enquanto os pescadores semi-industriais e industriais visam principalmente carapau, sardinha, camarão e caranguejo.⁸

Existe conflito entre pescadores artesanais e industriais dentro da zona exclusiva de 3 milhas náuticas devido à invasão de grandes barcos de arrasto, mas também para além desta zona uma vez que os pescadores artesanais pescam muitas vezes até 8 milhas náuticas da costa.⁹ Os barcos de arrasto que operam perto da costa podem prejudicar seriamente a pesca artesanal, destruindo as redes dos pescadores artesanais e até, por vezes, colidindo com os pequenos barcos angolanos tradicionais.

Os pescadores artesanais garantem um rendimento directo a aproximadamente 100 000 pessoas, tanto pescadores como mulheres que transformam e vendem o pescado.¹⁰ De acordo com dados do IPA, as capturas totalizaram 120 000 t em 2002. Benguela, Namibe e Luanda são as maiores áreas de pesca artesanal (Figura 5). A distribuição das embarcações de pesca ao longo da costa nos anos de 1992/95 pelo Governo conduziu a um aumento das taxas de produção.

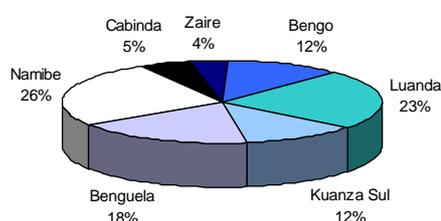


Figura 5: Capturas no primeiro semestre de 2001, de acordo com dados do IPA

No entanto, a produção decresceu em 1997/98 devido à falta de formação dos pescadores sobre a utilização e manutenção das embarcações, infra-estrutura de apoio às actividades piscatórias, invasão de navios industriais de arrasto, uso de métodos ilegais de arrasto de praia e, ainda, o encerramento de algumas representações provinciais do IPA.¹¹

Existem 23 a 25 mil pescadores artesanais, segundo dados do IPA (Figura 6). Estes pescadores usam normalmente métodos e utensílios básicos. A Figura 7 ilustra o aumento do número de embarcações ao longo dos anos. Os tipos de embarcações utilizadas incluem a *piroga*, uma canoa de madeira ou fibra, a *chata*, um barco também feito de madeira ou fibra mas mais sofisticado e por vezes equipado com motor de fora de borda, e a *catronga*, um barco até 10 m com motor interior. Muitas vezes, as embarcações não têm motores ou outro equipamento mecânico para pesca ou navegação.

⁷ Lankester, K., 2002. The EU-Angola fisheries agreement and fisheries in Angola (*O acordo de pesca EU-Angola e a pesca em Angola*). Setembro 2002 Disponível na internet em www.panda.org/downloads/marine/Angola_Fishing_brief.doc

⁸ Sardinha, M.L., n.d. The marine environment in Angola (*O ambiente marinho em Angola*). From, A to B to Sea, Regional Contributions. Disponível na internet em www.benefit.org.na/text/vol2_1d.PDF

⁹ SADC Fisheries and Marine Resources Sector Co-ordinating Unit, 2001. Report of familiarisation tours undertaken to Angola, Mozambique, Namibia, South Africa and Tanzania (*Relatório das visitas de familiarização efectuadas em Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Tanzânia*). Fevereiro 2001. Disponível na internet em www.schoemans.com.na/sadc/pdf/rfis_report%201%20TL1.pdf

¹⁰ Primeiro Boletim do Programa BCLME, “A Directora Sublinha Quatro Áreas Importantes para Angola”.

¹¹ IPA, 2000. Programa de Fomento e Desenvolvimento da Pesca Artesanal.

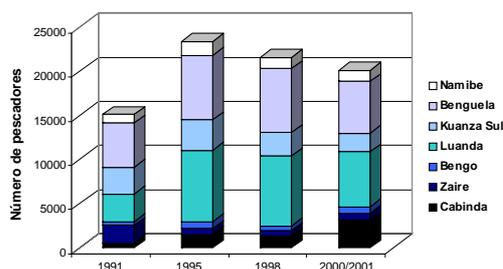


Figura 6: Número de pescadores nas várias províncias, de acordo com dados do IPA

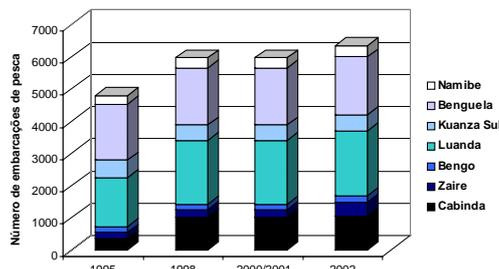


Figura 7: Número de embarcações de pesca nas várias províncias, de acordo com dados do IPA

Para além da pesca à rede e à linha, os pescadores utilizam práticas impróprias e até destrutivas, tais como a arte de arrasto de praia conhecida como *banda banda* e o uso de raízes ou plantas venenosas e explosivos. Segundo o IPA, a arte de arrasto de praia é praticada em 47 das 102 comunidades costeiras.

As actividades de pesca implicam geralmente baixo capital e mão-de-obra intensiva. A manufactura e reparação de redes, a manutenção das embarcações e a captura de peixe são tarefas realizadas pelos homens, enquanto todas as actividades relacionadas com o desembarque, transformação e venda de pescado são da responsabilidade das mulheres. O peixe é normalmente salgado e seco, mas no norte do país utilizam-se também métodos de defumação. Em algumas comunidades foram criadas cooperativas de pescadores (ver secção 4.4).

3.3 Comunidades na Província de Luanda

A Província de Luanda é um grande foco de pesca artesanal. Foram visitadas três comunidades costeiras na Província, tanto a Sul como a Norte da capital.

3.3.1 Comunidade de Buraco

Buraco é uma comunidade na Comuna de Ramiro, cerca de 60 km a Sul de Luanda, com 866 habitantes. Alguns membros da comunidade praticam agricultura de subsistência numa base privada, mas a pesca é o principal meio de subsistência e, conseqüentemente, o peixe é um elemento importante na dieta alimentar. O centro de saúde mais próximo fica a 20 km de Buraco e as duas escolas existentes são insuficientes em termos de qualidade e do número crescente de crianças e sub-adultos analfabetos que têm que servir. Não há acesso a água potável e a fonte mais próxima de água salobra dista 2 km da comunidade. O acesso à comunidade faz-se por uma estrada não asfaltada. Existe na zona um estuário com um sistema de mangais extenso, mas já degradado como resultado da sua utilização pela comunidade como fonte de combustível, tanto para carvão de lenha como madeira.

A Cooperativa dos Pescadores Artesanais do Buraco foi criada em Setembro de 2000 com 20 membros. Segundo membros da cooperativa, hoje conta com 180 membros.¹² A cooperativa é financiada através de contribuições das vendas do pescado. Os objectivos da cooperativa são 1) melhorar as condições de trabalho dos membros, 2) no futuro, melhorar as condições sociais da comunidade e 3) evoluir tecnologicamente para atingir uma fase semi-industrial. O IPA apoiou a criação da cooperativa e mantém uma presença regular na comunidade. Sendo uma das comunidades

¹² Foram encontradas estatísticas diferentes (200 homens e 180 mulheres) na proposta “Buraco Coastal Fishing Community as Demonstration Project for BCLME (Comunidade Costeira Piscatória de Buraco como Projecto de Demonstração para o Programa BCLME)”, que foi submetida pelo Presidente do Grupo de Tarefa sobre Pesca Artesanal, Sr. Duarte Kaholo, ao Director do Centro de Actividade de Recursos Biológicos Marinhos, Dr. Hashali Hamukwaya, em 6 Dezembro 2002, mas não foi aceite para financiamento.

mais populosas e activas na pesca artesanal na Província de Luanda, o Buraco é uma das duas comunidades seleccionadas na Província para a implementação de projectos segundo o Programa do IPA.¹³

Em 2000, a cooperativa recebeu assistência do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Pesqueira (FADEPA) na forma de 10 embarcações novas. Existem actualmente 35 embarcações (*chatas*) de madeira ou fibra de vidro, que variam entre 3 e 8 metros. Existem ainda 13 motores privados.

O método utilizado é a pesca à rede de malha, mas alguns pescadores recorrem também ao arrasto de praia. As principais espécies capturadas são douradas, corvina, atum, tubarões pelágicos, carapau, sardinha, lagosta, caranguejo e raias. As mulheres são responsáveis por limpar, esvicerar, secar e vender o pescado. O peixe é seco em *tarimbas* feitas de madeira e rede e não existem instalações de refrigeração. Não existem igualmente infra-estruturas para o desembarque, manuseamento e venda de peixe. No entanto, é notório um nível de organização significativo quando as embarcações chegam à praia. Os pescadores começam imediatamente a dividir o pescado de acordo com quem o apanhou. Parte das capturas é posta de parte para consumo, enquanto a outra parte é preparada pelas mulheres para a seca. Na comunidade vende-se tanto peixe fresco como seco, mas em Luanda vende-se apenas peixe seco duas vezes por mês.



Figura 8: Pescadores à chegada das embarcações, mulheres preparando o peixe e tarimbas no Buraco

Os pescadores não se apercebem de qualquer alteração na quantidade de peixe nas águas, atribuindo a diminuição das capturas ao número insuficiente de redes de pesca. Estão disponíveis estatísticas de capturas por espécie desde Setembro de 2000, altura em que a contagem parou devido a atrasos no pagamento ao amostrador. A contagem foi iniciada durante um projecto da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (*Food and Agriculture Organisation, FAO*) e continuou sob a alçada do Ministério das Pescas. Os dados são guardados tanto na comunidade (em casa do Presidente da Cooperativa) como na base de dados Artfish gerida pelo IPA. Em 2002, as capturas atingiram 22 643 kg.

Segundo a reunião com membros da cooperativa, as principais dificuldades que a cooperativa enfrenta são:

- Não existe uma base física para a cooperativa
- Não há centro de saúde na comunidade
- As instalações da escola são impróprias
- A estrada de acesso encontra-se em más condições
- Não há acesso a água potável (apenas água salobra)
- Há falta de redes e motores

¹³ A outra comunidade seleccionada na Província de Luanda é Santiago. Apresenta-se na secção 4.1.2 uma breve descrição do Programa do IPA.

Os membros da cooperativa apontam o material de pesca, a melhoria das condições de trabalho e a formação como as suas maiores necessidades. A aquisição de embarcações através de crédito do FADEPA, por exemplo, não foi acompanhada por formação adequada sobre manutenção, o que conduziu à sub-utilização e, por vezes, má utilização das embarcações. A proximidade de grandes barcos de arrasto constitui um grande obstáculo para os pescadores artesanais, restringindo as embarcações de pesca artesanal a uma zona perto da margem, onde as capturas são menores.

3.3.2 Comunidade de Sarico

A comunidade de Sarico, a Norte de Luanda, foi estabelecida em 1992. Com 2 605 habitantes (380 homens, 309 mulheres e 466 crianças), Sarico é dividida em 5 comunidades: Sarico Grande, Jacinto, Lourenço, Casa Nova e Três Buracos. Não existe escola nem posto de saúde e a comunidade tem apenas acesso a água salobra a uma distância considerável. A população pratica criação e pesca de *tilapia* no sistema de lagoas de Panguila, a escassos quilómetros da comunidade. A estrada de acesso à comunidade atravessa este sistema e a água é canalizada debaixo da estrada. É provável que o fluxo tenha sido reduzido, estando os efeitos na ecologia do sistema ainda por determinar.

A actividade principal da comunidade é a pesca, apesar de existir também alguma agricultura de subsistência. A área é rica em recursos marinhos, tais como uma variedade de espécies de peixe, caranguejo e camarões. Existem 800 pescadores e duas cooperativas legalizadas com 50 membros cada, a Cooperativa de Pescadores Paz de Sarico-I, S.C.R.L. e a Cooperativa de Pescadores da Camungua, S.C.R.L. Cada cooperativa tem os seus próprios estatutos e é constituída por uma série de comissões: produção e comercialização; poupança e crédito; segurança no mar; educação, alfabetização e recreação; e saúde e ambiente.

A comunidade possui 15 embarcações sem motores e, por vezes, aluga motores. Na falta de motores e utensílios de pesca suficientes, os pescadores praticam principalmente arrasto de praia. Assim que o peixe é desembarcado, as mulheres começam a dividir e preparar o peixe para a seca e venda. De acordo com os presidentes das cooperativas, o peixe é contado diariamente e os dados introduzidos na base de dados Artfish do IPA.



Figura 9: Mulheres dividindo o peixe, sessão de planeamento e a comunidade de Sarico libertando uma tartaruga marinha

O Grupo de Apoio aos Povos Carentes (GAPC), uma ONG nacional, tem vindo a trabalhar com a comunidade e o IPA. O GAPC e o IPA assinaram um protocolo de entendimento, no âmbito do qual ambas as organizações prestaram apoio na criação das cooperativas. O IPA promoveu também actividades de formação sobre criação de empresas e cooperativas, bem como liderança.

Em 2002 e 2003, o GAPC aplicou métodos de investigação comunitária participativa para avaliar as necessidades da cooperativa. Os pescadores identificaram as suas maiores necessidades de acordo com a seguinte ordem de prioridade: motores, embarcações, água potável, posto de saúde e estrada de acesso. Com o apoio do GAPC, uma empresa de extracção de areia abriu uma estrada de acesso à comunidade, que passou a utilizar também para as suas operações. Previamente, o único acesso possível à comunidade era pelo mar. O GAPC encontra-se actualmente a investigar possibilidades de financiamento para cobrir outras necessidades identificadas pela comunidade.

De acordo com os presidentes de ambas as cooperativas, as principais dificuldades da comunidade são:

- Materiais de pesca insuficientes
- Não existe escola
- Não existe centro de saúde
- Não há acesso a água potável
- Condições de vida insatisfatórias

Actualmente a pesca é um meio de subsistência. Faltam aos pescadores material apropriado para pescar mais longe da costa, bem como formação adequada. A comunidade precisa de atingir rendimentos da pesca mais elevados que possam ser investidos na melhoria das condições de vida.

Durante as visitas à comunidade, os membros das cooperativas, o IPA, o GAPC e a EcoAfrica colaboraram na elaboração de um plano integrado que descreve as necessidades da comunidade. O objectivo deste plano é apoiar as cooperativas no contacto com doadores potenciais e na obtenção de fundos. Os representantes do IPA e do GAPC coordenaram o exercício, baseado em Métodos Activos de Investigação Comunitária Participativa. Numa primeira fase, os membros da comunidade foram divididos em dois grupos para identificarem e ordenarem segundo as prioridades os problemas da comunidade (Quadro 3).

Quadro 3: Necessidades identificadas pelos membros das cooperativas em Sarico

Grupo 1	Grupo 2
Não existe hospital	Infra-estrutura para pesca e transformação inadequada
Não existe escola	Falta de caixas de armazenamento e refrigeração
Não há acesso a água potável	Problema de salubridade das praias e saúde social
Necessidade de meios de transporte	Sistema de mercado interno e externo inadequado
Utensílios de pesca insuficientes	Custo de manutenção e de peças sobressalentes
Necessidade de melhorar a estrada de acesso	Necessidade de formação técnico-profissional em gestão e alfabetização
Embarcações e motores insuficientes	Sistema de crédito inadequado / inexistente
Necessidade de um mercado adequado	Necessidade de melhorar a segurança no mar e seguro de vida
Necessidade de caixas de refrigeração	Necessidades administrativas
Necessidade de um tanque de salga	Falta de água potável, escola, hospital
Tarimbas insuficientes	Necessidade de melhorar a via de acesso
Necessidade de energia	

Numa segunda fase, os membros da cooperativa foram encorajados a identificar forças e fraquezas associadas ao capital humano, físico, natural, social e financeiro (Quadro 4).

Quadro 4: Forças e fraquezas identificadas pelos membros das cooperativas em Sarico

Capital	Forças	Fraquezas
Humano	Conhecimento sobre pesca e lei de pescas	Falta de formação
Físico	Acesso a um técnico de construção naval	Falta de madeira
Natural	Mar, rio e lagoa	Falta de instrumentos de pesca
Social	Duas cooperativas	Falta de meios
Financeiro	Poupanças	Difícil acesso a crédito

A fase final da sessão foi dedicada à discussão de um plano da comunidade que descreve as actividades, custos, fontes de financiamento, calendário de execução e métodos de monitorização necessários para satisfazer as necessidades identificadas. O nível de participação nesta fase foi bastante baixo, tendo a finalização do plano sido entregue à EcoAfrica (ver Anexo II).

3.3.3 Barra do Kuanza

O Rio Kuanza, o maior em Angola, tem um habitat importante de mangais nas áreas ao longo das margens do rio. Nestas comunidades de mangais podem encontrar-se algumas espécies raras de peixes, aves e mamíferos. Os mangais oferecem abrigo e nutrição essenciais para peixes juvenis e um número de espécies comerciais. Na presença de uma grande variedade de espécies de peixes, a Barra do Kuanza recebe bastantes pescadores artesanais e desportivos. Alguns recordes mundiais foram aqui alcançados. O turismo está a começar a crescer também, estando disponíveis alojamento e actividades de pesca desportiva, particularmente de tarpão. O alojamento inclui habitações tradicionais com vista para as margens do Rio Kuanza. Estão planeados para a área da Barra do Kuanza um alojamento de luxo, bem como actividades de pesca, cruzeiros no rio, observação de aves e pequenos safaris no Parque Kissama.¹⁴



Figura 10: Habitat de mangais, uma tartaruga apanhada na rede de pesca e entrada para o alojamento na Barra do Kuanza

Segundo um pescador, a comunidade visitada tem cerca de 200 famílias e um total de 50 pescadores. A maioria dos pescadores usa canoas para pescar no estuário. Existem também algumas embarcações motorizadas que lançam as redes no mar e trazem boas capturas de corvina, barbado, tartarugas e, por vezes, tarpão.

O pescado é vendido seco ou fresco. As mulheres salgam e secam o peixe, tanto para consumo na comunidade como para venda. Uma vez que as mulheres utilizam água salgada neste processo, o peixe encontra-se por vezes em elevado estado de decomposição. A principal fonte de rendimento são compradores que vêm de Luanda com camiões de refrigeração. São frequentemente capturadas tartarugas marinhas e mesmo aquelas que são encontradas vivas nas redes são mortas como fonte de alimento. Os tarpões, que podem pesar mais de 100 kg, são capturados principalmente no período de inverno de Maio a Julho. Tratando-se de um peixe bastante valioso para pescadores desportivos, os tarpões atraem bastantes turistas para esta área.

Os pescadores artesanais estão organizados numa cooperativa, cujo número de embarcações, redes e motores de fora de borda é insuficiente. Outra necessidade urgente da comunidade é água potável, pois actualmente a população recorre a um rio a longa distância.

3.3.4 Local de desembarque e venda Casa Lisboa

A Casa Lisboa é um dos locais de desembarque e venda de pescado ao longo das margens da Ilha de Luanda. Um número significativo de embarcações desembarcam o peixe neste local, onde as mulheres recolhem o peixe para venda. Tal como a maioria dos locais de desembarque e venda de pescado, a Casa Lisboa tem falta de infra-estrutura adequada, sendo o peixe desembarcado e vendido na areia ou no chão de cimento.

¹⁴ Página de internet oficial da República de Angola, <http://www.angola.org/culture/quicama/quicama.html>

3.4 Comunidades na Província de Bengo

As comunidades visitadas na Província de Bengo demonstraram um nível de organização mais elevado do que as comunidades nas Províncias de Namibe e Luanda. Para além disso, parece existir um grande potencial para o turismo na Barra do Dande e em Ambriz.

3.4.1 Barra do Dande

A comunidade de Barra do Dande (Comuna de Barra do Dande, Município de Dande) tem uma população de 12 000 habitantes. A pesca é a principal actividade, tanto marinha como continental, existindo um total de 60 pescadores. Existe apenas uma escola e um posto de saúde na comunidade. A população não tem acesso a água potável. As praias e a paisagem da região constituem um grande potencial turístico. De facto, tem havido um grande número de pedidos de propriedade para fins turísticos, de acordo com o Chefe da Secção para os Assuntos Comunitários Económicos e Sociais da Comuna. Algumas destas propriedades localizam-se na costa, o que poderá implicar o deslocamento de algumas comunidades piscatórias em áreas até 2 km de distância da costa.

No âmbito do Programa de Meios de Existência Duráveis de Pesca (PMEDP¹⁵), existiu um Programa de Acção de Desenvolvimento Comunitário na Barra do Dande, com a colaboração de ONGs nacionais. Este programa envolveu uma sessão participativa para identificar as necessidades da comunidade, bem como formação de formadores sobre temas relacionados com liderança e cooperativas. A presença de ONGs na comunidade não é, porém, muito forte.

Em 1998, a comunidade beneficiou de fundos da Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI) para construir uma estrada de acesso e para comprar motores. A Cooperativa Mukengeji foi estabelecida e legalizada em 2001. Apenas um dos seus 11 membros é uma mulher. A cooperativa conta com uma área bem organizada e espaçosa. Existe uma área para reparação das redes, uma plataforma encoberta para divisão e transformação do pescado, uma área com *tarimbas* para a seca do peixe, uma área fechada onde o peixe é pesado e vendido, escritório para a gestão financeira e das capturas e, ainda, um espaço para armazenamento.

A cooperativa tem 11 embarcações privadas e 11 motores. A manutenção dos motores é efectuada tanto na cooperativa como em Luanda, por mecânicos contratados fora da comunidade. A cooperativa mantém registos diários, semanais e mensais das capturas por espécies. Para cada embarcação, existe um registo do combustível gasto, abono pago aos pescadores, peso e valor do pescado. A formação de 90 dias sobre criação de micro-empresas que o presidente e vice-presidente da cooperativa frequentaram contribuiu significativamente para a organização da cooperativa. A cooperativa tem uma conta bancária e espera usar estes fundos para melhorar as condições de vida na comunidade.

¹⁵ O PMEDP é financiado pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (*Department for International Development*, DFID) e FAO e tem como objectivo a melhoria das capacidades humanas através de seminários na comunidade. O programa não é dirigido a necessidades materiais.



Figura 11: Embarcações de pesca, peixe a secar e registo utilizado na cooperativa de Barra do Dande

O IPA forneceu assistência na criação da cooperativa e mantém uma relação saudável com a mesma. Segundo o Presidente, a cooperativa tem tido sucesso, apesar de que os pescadores enfrentam problemas causados por grandes arrastões perto da costa. Estes arrastões destroem, por vezes, as redes dos pescadores e podem até colidir com as embarcações de pesca artesanal que operam sem luz. No dia 22 de Novembro a comunidade recebeu dois motores novos do Governo. Foram submetidos ao IPA alguns projectos para apoio à cooperativa.

3.4.2 Ambriz

Ambriz situa-se na Província de Bengo, a 185 km de Luanda, e tem uma população de 15 000 habitantes. Existe uma forte tradição piscatória em Ambriz, onde aproximadamente 11 500 pessoas vivem da pesca, salinas e agricultura de subsistência.¹⁶ A herança histórica dos colonizadores holandeses e portugueses é rica e, segundo o Administrador Municipal de Ambriz, o interesse pelo turismo está a crescer. Existe um hotel, um restaurante actualmente em renovação, um antigo forte holandês que é agora usado como base militar e, ainda, um posto de comércio holandês que foi utilizado pelos portugueses como uma casa de escravos. Estes e outros locais de interesse histórico, a par do cenário costeiro, podem tornar-se grandes atracções turísticas. No entanto, a cidade não tem qualquer plano turístico.

No âmbito de um projecto PNUD/BP Amoco/Equator Bank, foi recentemente implementada uma unidade operacional de pesca artesanal, onde opera a Cooperativa Sanga Kia N’Ganga. A cooperativa tem actualmente 83 membros e 10 embarcações de fibra de vidro. O trabalho é realizado em grupos de 4 a 5 membros, cada grupo recebendo crédito que deverá ser reembolsado e um *kit* com material de pesca.

Os pescadores pescam à rede de malha. A produtividade tem sido mais baixa do que esperado devido ao facto de que as embarcações são pequenas demais para as condições adversas no mar, especialmente durante a época das chuvas. Os pescadores arriscam as suas vidas e são, por vezes, forçados a pescar na Província do Zaire. Para além disto, as suas redes são muitas vezes destruídas pelos grandes arrastões.

¹⁶ Documento do Projecto “Apoio ao Sector de Pesca Artesanal e Reforço Comunitário do Sector Productivo no Ambriz e Arredores”.



Figura 12: Um antigo edifício colonial em Ambriz, pescadores na cooperativa e no mar

Outras preocupações dos pescadores incluem o atraso na entrega dos rádios de comunicação, de um camião de refrigeração e de material de pesca; a falta de técnicos para a manutenção dos motores; a dificuldade de abastecimento de combustível; e a necessidade de formação. Dada a necessidade de reforçar a capacidade da cooperativa, está planeado um segundo projecto do PNUD para um período de 3 anos, que envolverá a revitalização das actividades de pesca, agricultura e produção de sal; a formação das mulheres e outros habitantes sobre gestão de vendas; apoio e capacitação na cooperativa; implementação de projectos integrados em comunidades seleccionadas; e apoio e capacitação para pessoal do IPA ligado ao projecto.¹⁷ Apesar da equipa de investigadores ter ficado bastante impressionada com a cooperativa, este projecto poderia beneficiar de uma auditoria objectiva de todos os seus componentes, incluindo as embarcações e a gestão operacional. Esta é a altura ideal para tal auditoria, uma vez que está a decorrer a transição para uma nova fase do projecto.

3.5 Comunidades na Província do Namibe

Os 480 km de costa na Província do Namibe concentram 65% das actividades de pesca no país. Existe também produção de sal na província, se bem que com actividade decrescente. A região apresenta um grande potencial turístico, em termos de praias e dunas, águas termais, lagoas, flora rara (*Welwitschia mirabilis*) e uma cultura rica.

As comunidades costeiras visitadas na Província do Namibe são de menor dimensão do que as comunidades nas Províncias de Launda e Bengo.¹⁸ A Norte da cidade do Namibe, Ualala e Salgado são duas pequenas comunidades com cerca de 10 cabanas tradicionais perto da costa. O peixe é seco e salgado, tanto por homens como por mulheres. No Chapéu Armado existiram em tempos grandes instalações de pesca que estão hoje abandonadas.

A Sul do Namibe, a comunidade de Rocha Nova tem um número de embarcações superior. O peixe é seco e salgado, ou vendido fresco a pessoas que visitam a comunidade. Perto, existem salinas. Mais a norte, a Praia dos Flamingos oferece alojamento turístico e actividades de pesca desportiva. O complexo turístico situa-se 70 km a sul da cidade do Namibe, numa área favorável para pesca à linha e pesca em embarcação.¹⁹

¹⁷ Panfleto do Projecto PNUD ANG/03/009, Apoio ao Sector de Pesca Artesanal e Reforço Comunitário do Sector Productivo no Ambriz e Arredores.

¹⁸ Aliás, as comunidades de Ualala, Salgado e Rocha Nova não fazem parte da lista de comunidades costeiras do IPA.

¹⁹ Ver www.sue-geri.demon.co.uk/angola.htm



Figura 13: Comunidade de Ualala, peixe a secar em Ualala e Salinas perto de Rocha Nova

Tendo em conta os múltiplos meios de subsistência potenciais que esta região oferece, é altamente recomendado que seja iniciado um processo de planeamento conceptual da região, com um elevado nível de participação. Para além disto, revela-se urgente um estudo da indústria emergente de turismo e de como as comunidades podem beneficiar do desenvolvimento turístico. Finalmente, foram dados os primeiros passos para a criação da Área de Conservação Transfronteiriça (ACTF), tendo os presidentes da Namíbia e Angola assinado um Memorando de Entendimento (MdE) para um Parque Transfronteiriço (PTF) a 1 de Agosto de 2003. A ACTF tem o potencial de trazer benefícios para as comunidades, mas esses benefícios não serão criados automaticamente, tornando-se por isso absolutamente essencial um estudo que identifique os passos que podem ser dados.

3.6 Alguns Aspectos e Características Comuns das Comunidades Costeiras

As visitas e reuniões efectuadas permitiram um maior conhecimento das comunidades costeiras nas Províncias de Luanda, Bengo e Namibe, bem como a identificação de um conjunto de características comuns.

A. Obstáculos enfrentados pelos pescadores e cooperativas: Os pescadores artesanais enfrentam uma série de dificuldades que resultam em perdas do valor das capturas.

- **Utensílios de pesca e embarcações motorizadas insuficientes ou inadequadas.** O número de embarcações e motores é geralmente insuficiente, o que conduz a baixas taxas de captura. Em alguns casos, as embarcações utilizadas pelos pescadores não são as mais apropriadas para as difíceis condições do mar, colocando em risco a vida dos pescadores. Noutros casos, os pescadores artesanais utilizam métodos destrutivos ou restringem a sua actividade às áreas perto da costa, por falta ou inadequação de meios.
- **Infra-estrutura de apoio insuficiente ou inadequada.** Em algumas comunidades onde não existem locais de desembarque, as capturas são desembarcadas e divididas na areia, com falta de condições de higiene. Dada a impossibilidade de refrigerar, o peixe fresco é geralmente vendido apenas na comunidade e o tempo que os pescadores podem passar no mar é reduzido. A falta de infra-estrutura de apoio tal como estradas de acesso; postos de abastecimento de combustível; capacidade de armazenamento de combustível e água; e assistência mecânica condicionam o progresso das actividades de pesca. A falta de infra-estrutura de apoio constitui ainda um obstáculo para a venda do pescado.
- **Recursos humanos insuficientes.** As comunidades necessitam ser capacitadas para assegurar o uso de métodos de pesca sustentáveis e não destrutivos, para alcançar níveis de captura mais elevados, ou para assegurar o sucesso da criação e funcionamento das cooperativas. As mulheres, responsáveis pela transformação e venda do pescado, carecem de formação para garantir condições de higiene adequadas. Para além disto, é extremamente necessária formação em carpintaria naval e manutenção de embarcações e motores. A formação sobre liderança e criação de cooperativas é essencial para assegurar que os pescadores são capazes de gerir os seus próprios interesses, tendo o Governo como parceiro, bem como para atingir níveis de sucesso mais elevados no sistema de cooperativas.

B. Problemas nas comunidades em geral: Os pescadores e as mulheres transformadoras vivem geralmente em comunidades com infra-estrutura básica insuficiente ou inadequada. A infra-estrutura básica social nestas comunidades é geralmente pobre; as pessoas vivem em habitações tradicionais sem sistema de saneamento e não existem nestas comunidades escolas ou postos de saúde suficientes. O acesso a água potável é difícil, bem como a alimentos necessários para garantir uma dieta alimentar equilibrada. A falta de financiamento para projectos é generalizada. A pobreza é endémica e a falta de meios alternativos de subsistência um problema sério.

C. Potencial turístico sub-aproveitado e falta de planeamento turístico: Angola, e a costa Angolana em particular, possui um potencial turístico enorme que não tem sido aproveitado devido à guerra e falta de infra-estruturas. Esta situação tende a mudar, podendo as comunidades costeiras beneficiar do turismo apenas se o desenvolvimento turístico for correctamente planeado e adoptar uma abordagem participativa e integrada. Por exemplo, a Província do Namibe tem um potencial turístico notável e deverá provavelmente ser o ponto focal para actividades que abrirão caminho para o desenvolvimento positivo do turismo comunitário no futuro. A Província de Luanda, por seu lado, é claramente urbana e industrial, proporcionando às comunidades costeiras acesso razoável aos centros urbanos (apesar de que, na realidade, a infra-estrutura é ainda deficiente, dificultando o acesso). As comunidades na Província do Bengo situam-se mais longe dos centros urbanos; uma combinação de pesca e turismo será provavelmente o principal pilar económico destas comunidades no futuro.

D. Fraca consciência/protecção ambiental: O facto da maioria das comunidades costeiras viverem da pesca artesanal – sendo raros os meios alternativos de subsistência – torna-as consideravelmente dependentes dos recursos marinhos. O potencial impacte do sector artesanal nos recursos biológicos marinhos de Angola é menor do que o impacte resultante do sector industrial. No entanto, o uso de métodos de pesca destrutivos, a captura de espécies ameaçadas tais como tartarugas marinhas, bem como a destruição de habitats florísticos importantes como mangais para obtenção de carvão de lenha, poderá certamente resultar em impactes no ambiente e, conseqüentemente, nos meios de subsistência das comunidades. Na ausência de alternativas, a consciência que os pescadores poderão ter destes impactes ambientais é anulada pela sua necessidade de sobrevivência. Refira-se que a comunidade de Sarico demonstrou, durante a visita, estar sensibilizada para a necessidade de proteger tartarugas marinhas quando libertou uma tartaruga que tinha sido apanhada nas redes de pesca.

Enquanto os pontos acima são maioritariamente negativos, existem certamente pontos/características fortes como ilustrado no Quadro 5. Estas forças podem ser aproveitadas ou desenvolvidas para opor ou equilibrar os pontos negativos, desde que sejam tomadas as acções necessárias.

Quadro 5: Fraquezas e forças das comunidades costeiras

	Pontos/Características fracas	Pontos/Características fortes
1	Utensílios de pesca insuficientes, falta de fundos, infra-estrutura de apoio deficiente	Uma base forte e comercialmente valiosa de recursos biológicos marinhos
2	Recursos humanos pouco desenvolvidos em termos de conhecimentos técnicos	Um sistema de cooperativas relativamente bem organizado e com pessoas dedicadas
3	Potencial turístico pouco desenvolvido, falta de planeamento	Bons recursos turísticos, muitos dos quais ainda inexplorados
4	Baixo nível de sensibilização e protecção ambiental	Cooperativas com fortes estruturas que podem ser envolvidas em educação ambiental, um quadro legal emergente

4 BREVE ANÁLISE INSTITUCIONAL

As reuniões em Luanda e as observações no terreno forneceram informação sobre as capacidades institucionais a vários níveis, desde as estruturas governamentais às ONGs e às próprias comunidades. Esta secção descreve resumidamente os principais ministérios e agências governamentais, ONGs, OCs e outras agências e instituições.

4.1 Ministérios e Agências Governamentais Relevantes

A atenção concentrou-se nos ministérios dedicados às pescas e ambiente, particularmente o Ministério das Pescas e algumas das suas instituições.

4.1.1 Ministério das Pescas

Após a independência em 1975, o Governo deu prioridade à pesca industrial. Apenas em 1992 voltou a sua atenção para o sector artesanal como potencial contribuinte para a redução da pobreza e segurança alimentar. Recentemente, o âmbito do Ministério das Pescas foi estendido à pesca continental, uma alteração motivada pela necessidade de garantir segurança alimentar no interior do país.²⁰ A Lei das Pescas (Lei nº 20/92, de 14 Agosto 1992) está a ser revista e o âmbito da futura Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos será igualmente mais alargado. A preparação da nova lei tem sido um processo participativo, com o envolvimento de várias partes interessadas incluindo as comunidades.

O Ministério das Pescas visa a promoção de uma pesca sustentável e responsável, baseando os seus esforços na triologia frota, formação e infra-estruturas de apoio.²¹ Serão investidos fundos na renovação da frota angolana, actualmente pequena e obsoleta. A formação existente em Angola é insuficiente, existindo apenas uma escola de nível básico no Centro da Cefopescas em Cacuaco, perto de Luanda, e um instituto médio de formação pesqueira na Província do Namibe. Os planos do Ministro incluem a criação de escolas de nível básico em Cabinda ou Zaire, Benguela e Kuanza Sul; institutos de nível médio em Luanda e na Província de Benguela; bem como um instituto superior na Província do Namibe. A reabilitação ou criação de portos, mercados e estruturas de frio estão entre as prioridades para a melhoria da infra-estrutura de apoio. Para além disto, o Ministério das Pescas pretende implementar um programa para revitalizar o sector da produção de sal e iodização, com prioridade para as Províncias de Namibe, Benguela e Luanda.

Um obstáculo considerável que o Ministério enfrenta é o facto de que alguns arrastões operam ilegalmente na zona costeira. Em 1999 foi montado um sistema de monitorização de navios (*Vessel Monitoring System*, VMS) baseado no sistema MONICAP (*Monitoring and Control of Fishing Activities Project*, ou seja Projecto de Monitorização e Controlo de Actividades de Pesca). A instalação de uma unidade de VMS nos navios é um pré-requisito para a obtenção da licença. O sistema a bordo recolhe informação sobre a posição, rota e velocidade dos navios de pesca que operam a uma escala industrial em águas angolanas. Esta informação é carregada em Portugal antes de ser transferida para Angola. O Ministério encontra-se actualmente a investigar a possibilidade de transferir outros dados também, tais como a temperatura e salinidade da água. O controlo e fiscalização na costa são, porém, fracos. Foi recentemente anunciada a paralisação da frota de arrasto pelágico por um período de tempo, uma medida destinada a proteger os recursos marinhos através da regeneração dos stocks.

²⁰ A pesca continental totaliza cerca de 6 000 toneladas/ano e representa uma grande contribuição para a criação de emprego nas áreas rurais (7 000 pescadores a tempo inteiro), de acordo com o Sector de Pesca e Recursos Marinhos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). (www.schoemans.com.na/sadc/country.asp?countryid=2)

²¹ Entrevista com Salmão Xirimimbimbi, Ministro das Pescas, *Jornal de Angola*, 25 Novembro 2003.

4.1.2 Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal

O Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (IPA) é o elo mais forte entre o Ministério das Pescas e as comunidades. Criado em 1992²², o IPA promove e regula as actividades de pesca de pequena escala, actualmente tanto ao longo da costa como em águas interiores. A missão do IPA é promover o desenvolvimento das comunidades que se dedicam à pesca artesanal. Para alcançar os seus objectivos, o IPA procura fomentar actividades sustentáveis e responsáveis de pesca, oferece assistência na criação de cooperativas e na obtenção de fundos para utensílios de pesca e infra-estruturas de apoio, bem como oferece aconselhamento e formação sobre gestão de pescas e micro-empresas. A assistência do IPA estende-se ainda a facilidades de crédito para a aquisição de novas embarcações e utensílios de pesca. Estas actividades são, em alguns casos, levadas a cabo em colaboração com ONGs locais, como é o caso da comunidade do Sarico.

Estas e outras actividades encontram-se descritas no Programa de Fomento e Desenvolvimento da Pesca Artesanal, preparado pelo IPA em Julho de 2000 e dividido em três sub-programas:

- **Organização das Comunidades Piscatórias**, abrangendo acções destinadas à criação e apoio a micro-empresas para pescadores, ao estabelecimento de cooperativas e à formação de vulgarizadores.
- **Criação das Infra-estruturas de Produção e de Apoio à Pesca Artesanal**, destinada a proporcionar as infra-estruturas de produção e sociais necessárias para o desenvolvimento da pesca, tais como áreas para a transformação do pescado, locais de desembarque, estradas de acesso, postos de saúde e escolas.
- **Gestão do Recurso dentro do Desenvolvimento Sustentável**, visando a avaliação dos recursos costeiros, assim como a promoção da substituição do arrasto de praia, da conservação do peixe fresco na banca expositora e a construção de caixas isotérmicas.

Cada sub-programa inclui um conjunto de projectos a implementar em 14 comunidades, as duas comunidades em cada província costeira que são mais populosas e activas nas actividades piscatórias. Esforços para atingir outras comunidades deverão ser iniciados nestes pontos focais, tendo em vista a promoção da troca de experiências com outras comunidades. Actualmente, o IPA trabalha de perto com 5 comunidades nas Províncias de Luanda e Bengo: Hotanganga, Barra do Bengo, Buraco, Sarico, e Barra do Dande.

Através das suas representações provinciais, o IPA desenvolve actividades de formação, recolha de dados estatísticos e cobrança de licenças de pesca. Grande parte destas representações, porém, não se encontra operacional. A presença do IPA nas noutras províncias para além da Província de Luanda tem vindo a reduzir-se devido à situação económica desfavorável, do mesmo modo que o seu papel na formação e apoio tem vindo a diminuir. Para além disto, estas representações encontravam-se geralmente localizadas em cidades ou vilas, por vezes longe das praias onde os pescadores vivem e trabalham.²³ Esta situação tende a mudar com o estabelecimento de centros de apoio à pesca artesanal e com o reforço da intervenção do IPA através do uso de extensionistas.

Existe actualmente um programa que visa a criação de centros de apoio à pesca artesanal em todas as províncias costeiras. Serão criados 10 centros numa primeira fase com financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), estando previstos 14 centros (2 em cada província costeira). Cada centro de apoio prestará apoio aos pescadores e suas famílias, incluindo acesso a escolas e centros de saúde. Estão ainda planeados centros de referência para as várias regiões, para o armazenamento de informação histórica sobre métodos e estatísticas, bem como para a realização de experiências.

²² Pelo Decreto Nº 45-C/92, de 4 Setembro de 1992.

²³ IPA, 2000. Programa de Fomento e Desenvolvimento da Pesca Artesanal.

O IPA pretende ainda implementar o conceito de observadores comunitários. Membros específicos da comunidade serão responsáveis por controlar as actividades de pesca no terreno, de modo a assegurar o cumprimento dos regulamentos de pesca e segurança a bordo. Os observadores receberão formação e equipamento adequados, tais como binóculos, máquinas fotográficas e sistemas de comunicação, sendo remunerados pelas cooperativas. Será criada uma comissão de monitorização que incluirá membros das autoridades tradicionais.

Em 1995 foi realizado um estudo com financiamento do Fundo de Cooperação Francesa para determinar o número de pescadores, tipos de embarcações e utensílios de pesca utilizados, instalações de transformação e a localização dos mercados (ver secção 3.2). Os dados obtidos neste estudo e actualizações posteriores, bem como nas contagens de capturas, são integrados na base de dados do IPA.²⁴ O sistema estatístico Artfish opera em Benguela desde 2002, com 55 pessoas envolvidas na contagem nas comunidades ao longo da costa. O Instituto reconhece a necessidade de uma avaliação exaustiva dos recursos marinhos disponíveis para o sector de pesca artesanal.

Tratando-se de uma organização chave que pode estabelecer a ligação entre o Programa BCLME e outras entidades, por um lado, e as comunidades costeiras, por outro lado, o IPA tem necessidades consideráveis em termos de organização de informação, relação com outros centros de informação e conhecimentos de língua inglesa.

4.1.3 Instituto de Investigação Marinha

O Instituto de Investigação Marinha (IIM) é uma instituição pública do Ministério das Pescas. Sediado em Luanda e com estações de campo em Namibe, Tômbwa, Benguela e Lobito, o Instituto emprega um total de 200 pessoas. As quatro áreas principais do IIM delineadas pelo Director Geral do IIM e Presidente do Comité Director do Programa BCLME são a pesca artesanal, aquacultura, gestão de recursos compartilhados e capacitação. Avaliações de *stocks* comerciais (incluindo pequenos pelágicos, demersais e crustáceos), pesquisa de modos de valorizar os peixes e produtos derivados do peixe, investigação oceanográfica e experiências com aquacultura são algumas das actividades desempenhadas pelo IIM.²⁵

Existe uma grande consciência, seguida de acção, de que a pesquisa sobre recursos marinhos proporciona uma base para decisões de gestão em conjunto com preocupações sociais. O IIM dispõe de um laboratório moderno e bem equipado, com técnicos e investigadores qualificados que devem ser apoiados sempre que surgirem oportunidades em programas tais como o BCLME e BENEFIT.

O Centro de Actividades do BCLME em Angola, dedicado à Biodiversidade, Saúde do Ecossistema e Poluição, é uma contribuição material do Governo e opera nas instalações do IIM. Segundo o Director do Centro de Actividade, espera-se que 17 projectos no total sejam implementados em 2004, sendo dada prioridade na primeira fase à geração de informação de base e à avaliação da situação actual.

²⁴ Unidade de Coordenação do Sector de Pescas e Recursos Marinhos da SADC, 2001. Report of familiarisation tours undertaken to Angola, Mozambique, Namibia, South Africa and Tanzani (*Relatório das visitas de familiarização realizadas em Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Tanzânia*). Fevereiro 2001. Disponível na internet www.schoemans.com.na/sadc/pdf/rfis_report%201%20TL1.pdf

²⁵ Primeiro Boletim do Programa BCLME, "A Directora Sublinha Quatro Áreas Importantes para Angola".



Figura 14: O sistema MONICAP, o laboratório do IIM e uma embarcação de pesca de atum em Luanda

4.1.4 Instituto Nacional de Apoio à Indústria Pesqueira

O Instituto Nacional de Apoio à Indústria Pesqueira (INAIP) presta assistência ao sector industrial de pesca. O INAIP desempenha um papel importante na formação, assistência na criação de cooperativas e associações, bem como na procura de financiamento.

Na opinião do Director do Instituto, o escasso contacto que o INAIP tem actualmente com o sector artesanal deverá aumentar no futuro, à medida que as cooperativas de pesca se tornam mais fortes. O fraco apoio de bancos e instituições de crédito tem constituído um obstáculo ao desenvolvimento das pescas.

4.1.5 Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Pesqueira

O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Pesqueira (FADEPA) é uma instituição financeira governamental que apoia pequenos empresários nos sectores artesanal e industrial. Criado em 1992²⁶, o Fundo visa financiar projectos para o desenvolvimento do sector das pescas, com especial atenção para as comunidades de pesca artesanal. O FADEPA concede crédito para aquisição de embarcações, motores e *kits* com utensílios de pesca. O FADEPA prestou assistência às cooperativas em Buraco e Barra do Dande, por exemplo, através da concessão de crédito para aquisição de embarcações. Tendo em vista o objectivo do Ministério de promover o sector de produção de sal e iodização, o Fundo iniciou recentemente um programa para financiar novo material e equipamento para salinas.²⁷

4.1.6 Ministério do Urbanismo e Ambiente

A primeira estrutura ambiental no Governo de Angola foi a Secretaria Geral do Ambiente, criada em 1983. O Ministério das Pescas e Ambiente foi estabelecido em 1999 e em 2002 foi dividido em dois novos ministérios: o Ministério das Pescas e o Ministério do Urbanismo e Ambiente (MUA).²⁸

A Lei de Bases do Ambiente (Lei Nº 5/98, de 19 de Junho) foi publicada em 1998 para estabelecer o quadro legal para a protecção ambiental. A Lei das Actividades Petrolíferas (Lei Nº 13/78, de 13 de Setembro), a Lei Quadro da Indústria (Lei Nº 8/98, de 11 de Setembro) e a Lei das Terras (Lei Nº 21-C/92 e regulamento nº 32/95) são outros documentos legais importantes em vigor.²⁹ A Lei das Terras e a Lei de Bases do Ordenamento do Território encontram-se actualmente em discussão.³⁰

²⁶ Pelo Decreto Nº 45-D/92, de 4 Setembro de 1992.

²⁷ Entrevista com Salmão Xirimimbí, Ministério das Pescas, *Jornal de Angola*, 25 Novembro 2003.

²⁸ Estava planeada uma reunião com representantes do MUA, mas esta se realizou devido a limitações de tempo.

²⁹ República de Angola, Ministério das Pescas e Ambiente e Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 1999. *Seminário sobre Legislação do Ambiente em Angola*. Imprensa Nacional – U.E.E.

³⁰ A nova Lei das Terras, aprovada em Conselho de Ministros em 26 de Novembro de 2003, será submetida à Assembleia Nacional.

De acordo com o Director Nacional do Ambiente do MUA³¹, a falta de infra-estrutura e recursos humanos, bem como o insuficiente quadro legal para o ambiente, são alguns dos maiores obstáculos que Angola e o seu Ministério enfrentam. A Lei de Bases do Ambiente de 1998 é abrangente demais para lidar com os inúmeros desafios ambientais existentes. A sua aplicação resulta, assim, bastante fraca. Um exemplo concreto citado pelo Director Nacional é o desenvolvimento costeiro em Luanda e arredores, que não tem seguido princípios de planeamento apropriados e está a afectar habitats de mangais. O Ministério encontra-se actualmente a preparar nova legislação para lidar com assuntos específicos para os quais não existe um quadro legal sólido.

As prioridades do Ministério incluem a avaliação dos recursos naturais de Angola e o reforço da educação ambiental. O Ministério recorreu ao Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) para apoiar a avaliação geral do ambiente terrestre e marinho do país, podendo o Programa BCLME contribuir com informação acerca do ambiente costeiro e marinho.

4.1.7 Governo Local

O sistema actual de Administração do Estado em Angola compreende os governos provincial, municipal e comunal, chefiados por oficiais nomeados superiormente. Apesar da Lei da Revisão Constitucional de 1991 ter considerado autarquias locais, a lei sobre o governo local, que viria a definir a sua constituição, nunca foi decretada e as autarquias locais não foram ainda estabelecidas.³² Como consequência, o nível sub-comunal foi entregue às autoridades tradicionais. Estas autoridades não são reconhecidas como representantes do poder local, mas foram solicitadas para preencher um espaço vazio deixado pelo Estado e para desempenhar certas funções.

As autoridades tradicionais desempenham geralmente um papel importante nas áreas rurais e mantêm uma ligação estreita com a administração comunal. São um poder político baseado na religião, organização social e linhagem, porém não reconhecidas no quadro judicial e constitucional.

Nas comunidades visitadas, a relação entre a comunidade e o governo local não aparenta ser muito forte, nomeadamente nas fases de planeamento do desenvolvimento. O IPA e, em alguns casos, as ONGs desempenham um papel fundamental no estabelecimento dessa ponte e na procura de apoio do governo local ou doadores para projectos planeados. Este papel foi claramente demonstrado na sessão de planeamento participativo sob orientação do IPA e GAPC na Comunidade de Sarico. A criação de cooperativas e associações facilita igualmente a relação entre a comunidade e as estruturas governamentais. O objectivo das cooperativas é, de facto, actuar como entidades autónomas que possam utilizar a sua força comercial para procurar apoio.

4.2 Organizações Não Governamentais

A Lei das Associações (14/91), que acompanhou a adopção da Lei de Revisão Constitucional de 1991, removeu restrições anteriores ao estabelecimento de organizações da sociedade civil, incluindo organizações profissionais e ONGs nacionais. Desde então, têm sido criadas cada vez mais associações, particularmente ONGs nacionais que participam em actividades de assistência humanitária, restabelecimento e desenvolvimento.³³

4.2.1 Visão Nacional

Em meados de 2001 existiam cerca de 340 ONGs nacionais de assistência humanitária registadas pelo Escritório para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (*Office for the Coordination of*

³¹ Em entrevista ao primeiro Boletim do Programa BCLME.

³² Hodges, T. (ed), 2002. *Angola – Os desafios do pós-guerra*. *Common Country Assessment 2002*, Publicado pelas Nações Unidas em Angola. Luanda, 2002.

³³ Hodges, T. (ed), 2002. *Angola – Os desafios do pós-guerra*. *Common Country Assessment 2002*, Publicado pelas Nações Unidas em Angola. Luanda, 2002.

Humanitarian Affairs, OCHA) das Nações Unidas. No entanto, as ONGs nacionais ficam muitas vezes na sombra das ONGs internacionais, com mais experiência e recursos. Existem cerca de 100 ONGs internacionais em Angola.³⁴

A distribuição das ONGs em Angola é desigual, com uma concentração significativa de ONGs nacionais e internacionais na Província de Luanda (Quadro 6). Estas ONGs concentram as suas operações em áreas como agricultura e segurança alimentar, saúde e nutrição, água e saneamento, reassentamento e artigos não alimentares, educação, protecção, desminagem e coordenação.

Quadro 6: Número de ONGs e agências das NU nas províncias costeiras

Província	ONGs Nacionais	ONGs Internacionais	Agências NU	Total
Cabinda	7	4	2	13
Zaire	5	4	5	14
Bengo	6	9	8	23
Luanda	108	43	10	161
Kuanza Sul	24	10	5	39
Benguela	20	17	6	43
Namibe	1	5	6	12

Fonte: Escritório para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA), Out/2003³⁵

4.2.2 Rede Maiombe

A Rede Maiombe é uma rede de ONGs ambientais, contando com cerca de 16 ONGs registadas. Actualmente a rede presta assistência insitucional a ONGs na sua sede em Luanda, estando prevista para uma próxima fase a expansão desta assistência aos locais onde as ONGs estão sediadas.

De acordo com o Presidente da Rede Maiombe, a maioria das ONGs têm capacidades insuficientes. Ainda que o envolvimento de ONGs em discussões e adopção de políticas esteja a crescer, existe ainda a necessidade de definir com mais precisão os papéis das diferentes partes envolvidas. Apesar da falta de recursos humanos e de infra-estrutura que geralmente afecta as ONGs, o conhecimento que têm das culturas locais é um trunfo para o trabalho com as comunidades. As ONGs nacionais podem desempenhar um papel importante em projectos comunitários, nomeadamente no reforço das capacidades das cooperativas. Todavia, existe excessiva concentração de ONGs em centros urbanos, nomeadamente em Luanda, tal como já foi referido.

4.2.3 GAPC

O Grupo de Apoio aos Povos Carentes (GAPC) é uma ONG nacional que promove o desenvolvimento das comunidades, prestando assistência na procura de alternativas que sejam adequadas aos recursos locais, assegurando deste modo que as comunidades são capazes de gerir o seu próprio desenvolvimento.

A pesca artesanal é uma das áreas de intervenção do GAPC. No âmbito do seu programa para a redução da pobreza, o GAPC tem um projecto para encorajar o estabelecimento de cooperativas de pesca artesanal ao longo da costa. Em cooperação com o IPA, e sob um protocolo de entendimento assinado em 2002, o GAPC presta assistência às cooperativas de Sarico (ver secção 3.3.2). A intervenção de ONGs tais como o GAPC em Sarico deveria ser replicada em comunidades ao longo da costa.

³⁴ Hodges, T. (ed), 2002. *Angola – Os desafios do pós-guerra.* Common Country Assessment 2002. Publicado pelas Nações Unidas em Angola. Luanda, 2002.

³⁵ UN, 2003. Angola 2004 – Apelo Consolidado para Transição. Nações Unidas, Novembro 2003. CD-ROM.

4.3 Outras Agências e Instituições

As ONGs internacionais e instituições de educação e pesquisa têm também um papel importante no desenvolvimento de Angola.

4.3.1 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Angola tem cerca de 90 pessoas, 20 no departamento de programas e 70 no departamento de operações. Existem três programas (reconstrução, pobreza, ambiente e segurança humana, e governação) e um programa horizontal de parcerias e mobilização de recursos. Os projectos na área da pobreza, ambiente e segurança humana devem incorporar uma ligação estreita entre ambiente e redução da pobreza. No entanto, e tal como referido pelo Especialista de Programas, os projectos comunitários constituem um conceito relativamente novo num país que se encontra no início do processo de descentralização. Para além de projectos comunitários, o PNUD actua nas áreas de legislação, fiscalização e capacitação.

Em tempos de paz, em que as pessoas começam a deslocar-se para áreas previamente inacessíveis, a conservação da biodiversidade torna-se crucial. Projectos nesta área incluem a preparação da Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade (NBSAP), financiada pelo GEF, e o projecto conjunto do PNUD e Conservação Internacional (CI) no Cuando Cubango. Cabinda é outra área onde é necessária acção. A floresta de Cabinda encontra-se num estado primitivo e alberga espécies de gorilas. No entanto, a situação de guerra dificulta quaisquer esforços para proteger os recursos naturais.

O PNUD Angola presta assistência administrativa e consultiva ao Centro de Actividades de Biodiversidade, Saúde do Ecossistema e Poluição do Programa BCLME. Existem outros dois projectos que também estão ligados ao Programa BCLME, um sobre tartarugas marinhas e outro sobre mamíferos marinhos. Estes projectos são incluídos no âmbito de um programa de capacitação para melhorar o planeamento ambiental e a conservação da biodiversidade em Angola, implementado pelo PNUD e executado pelo MUA com participação do Ministério do Plano.³⁶

4.3.2 Universidade Agostinho Neto

A Universidade Agostinho Neto (UAN)³⁷ é uma instituição pública com autonomia administrativa e financeira. A UAN inclui as faculdades de ciências, ciências agrárias, jurisprudência, economia, engenharia e medicina, bem como o centro nacional de investigação científica e o instituto de ciências de educação. A maior parte destas faculdades situa-se em Luanda. A faculdade de ciências tem departamentos de biologia, geografia, física, geofísica, matemática e química.

A EcoAfrica reuniu com estudantes e docentes dos Departamentos de Biologia e Química da UAN, bem como investigadores do Museu de História Natural, para discutir aspectos relacionados com partilha de informação e plataformas de internet tais como a Plataforma de Aprendizagem e Troca de Informação à Distância (*Distance Learning and Information Sharing Tool*, DLIST). A audiência, e particularmente os membros do Clube de Ecologia da Universidade, demonstraram grande interesse no conceito e em participar na DLIST.

4.3.3 Museu de História Natural

O Museu de História Natural, situado em Luanda, tem um departamento de investigação de 10 pessoas. Uma vez que as suas operações são limitadas pela insuficiência de fundos, o Museu vai concentrar-se em 2004 na procura de fontes de financiamento e parceiros. Foram recentemente estabelecidas parcerias com o IIM, bem como com o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

³⁶ Primeiro Boletim do Programa BCLME.

³⁷ Ver www.uan.ao

4.4 Organizações Comunitárias

O desenvolvimento de organizações comunitárias (OC), tais como associações de agricultores e pescadores, tem sido limitado pela insegurança, instabilidade, deslocamento e despovoamento nas áreas rurais.³⁸ Actualmente, o sector das pescas considera prioritários a participação das comunidades e o apoio a acções colectivas.

O estabelecimento de cooperativas de pesca, em número crescente, é um exemplo de auto-organização das comunidades. Através do governo local, as comunidades piscatórias estabelecem legalmente as cooperativas. Estas são utilizadas para comercializar as capturas e servem como canais para apoio do governo.

A primeira cooperativa foi criada em 1978 no município de Cacucaco, Província de Luanda. As cooperativas têm os seus próprios estatutos, que são oficialmente aprovados e publicados pelo Ministério da Justiça. Apesar de não existir legislação específica sobre o estabelecimento de cooperativas, estas são legalmente formalizadas utilizando um modelo de Estatuto para as Cooperativas de Pescadores, oficialmente publicado em 1987³⁹. Estas cooperativas podem mais tarde formar associações comunais, municipais, provinciais, regionais ou nacionais.



Figura 15: Sinais das cooperativas em Barra do Dande, Ambriz e Sarico

4.5 Colaboração entre as Diferentes Partes Envolvidas

O IPA ocupa uma posição em que pode estabelecer ligações importantes entre comunidades costeiras, por um lado, e o Programa BCLME, estruturas governamentais e outras entidades, por outro. O papel que o IPA desempenha torna-se ainda mais importante na presente estrutura do Governo, onde a governação comunitária se encontra, em larga medida, entregue a autoridades tradicionais sem estatuto legal.

Ao trabalhar com as comunidades, o IPA encoraja a auto-organização e a criação de cooperativas, as quais servem de canais para apoio do Governo para a melhoria das actividades piscatórias e nível de vida. Espera-se que este apoio seja estendido a todas as províncias costeiras e interiores. Nas últimas décadas, a insegurança e a situação económica desfavorável levaram ao enfraquecimento da cobertura nacional do IPA através das suas representações provinciais. Estas representações serão reactivadas, assim como serão criadas novas representações nas províncias interiores que passaram a ser abrangidas no âmbito do IPA. Os centros de apoio à pesca artesanal, bem como a intervenção de extensionistas, contribuirão igualmente para descentralizar as actividades do IPA.

No desenrolar das suas actividades de apoio na organização das comunidades costeiras, o IPA trabalha frequentemente com ONGs locais ou nacionais. Uma vez que estas ONGs entendem os contextos locais, o seu apoio é crucial para a avaliação de necessidades e preparação de planos. As

³⁸ Hodges, T. (ed), 2002. *Angola – Os desafios do pós-guerra.. Common Country Assessment 2002.* Publicado pelas Nações Unidas em Angola. Luanda, 2002.

³⁹ Despacho N.º.58/87, de 14 Setembro 1987.

avaliações rurais participativas, muitas vezes conduzidas em colaboração pelo IPA e ONGs, têm-se revelado muito úteis na identificação de necessidades. Todavia, alguns projectos não são implementados devido à falta de fundos. Os consultores externos podem desempenhar um papel muito importante nestes casos, consultivo e de apoio na identificação e estabelecimento de ligações com fontes de financiamento.

Esta colaboração entre as diferentes partes deve ter lugar num contexto de políticas e planos formalizados que asseguram a sustentabilidade das actividades de pesca e o envolvimento de comunidades no desenvolvimento costeiro. Os Ministérios das Pescas e do Urbanismo e Ambiente são fundamentais para o estabelecimento e cumprimento deste quadro legal. Instituições como o IIM, a UAN e o Museu de História Natural podem contribuir significativamente para o desenvolvimento de políticas e planos, através de avaliações técnicas e científicas.

5 CONCLUSÕES PRELIMINARES

Com base nas observações e discussões durante a visita a Angola, são delineadas nesta secção algumas conclusões preliminares e acções necessárias, as quais servirão para formular as conclusões e recomendações gerais no relatório global. As conclusões apresentadas fornecem indicações sobre os modos como as comunidades costeiras poderão envolver-se e beneficiar do Programa BCLME. As conclusões são formuladas no âmbito das comunidades costeiras e seu relacionamento com o IPA, bem como num contexto mais geral do progresso de Angola a caminho do desenvolvimento sustentável. Apresentam-se em Anexo Termos de Referência (TdR) para alguns dos projectos propostos.

5.1 Comunidades costeiras e o IPA

O IPA foi identificado como um importante ponto de entrada institucional para o Programa BCLME e outras entidades que procurem apoiar comunidades costeiras no seu desenvolvimento, assim como encorajar habitantes costeiros a proteger a biodiversidade e gerir os seus recursos de modo sustentável. A realização deste potencial depende, porém, das capacidades institucionais e organizativas do IPA. O IPA está consciente das suas necessidades e dos benefícios que o IPA e as comunidades costeiras poderiam retirar de acções como as descritas adiante. As recomendações listadas nesta secção foram identificadas de modo colaborativo entre o IPA e a EcoAfrica.

5.1.1 Reforçar as capacidades do IPA

5.1.1.1 Melhoria do acesso a informação por entidades externas

O IPA tem uma vasta gama de material, incluindo programas de acção, estatutos, decretos, organigramas, e dados de terreno. No entanto, este material não se encontra organizado de modo a ser acessível a entidades externas que queiram estabelecer uma relação com o IPA. Este facto condiciona as oportunidades de apoio aos projectos do IPA por parte de doadores e parceiros.

Acção 1. Prestar assistência na reestruturação do material do IPA num formato coerente e facilmente digerível que reflecta a natureza, constituição e actividades da organização. O material deverá estar disponível em português e inglês.

Acção 2. O material do IPA reestruturado como sugerido na Acção 1 deverá ser apresentado numa página da Internet atractiva e interactiva, com versões portuguesa e inglesa, para promover e publicitar o IPA. Os TdR para preparar e acolher a página da internet do IPA são apresentados no Anexo III.

Acção 3. O filme produzido pela EcoAfrica, como parte da consultoria para o BCLME em Angola, será outro instrumento poderoso para promover o IPA junto de entidades externas, tanto

em Angola como no estrangeiro. Serão disponibilizadas cópias ao Programa BCLME para distribuição ao IPA.

5.1.1.2 *Melhorar a gestão do conhecimento*

A organização da informação, incluindo fácil armazenamento e acessibilidade, bem como a relação com outros centros de informação, são elementos críticos para o sucesso de qualquer organização. O IPA tem necessidades em termos de gestão do conhecimento, mas também necessidades básicas de equipamento informático e rede de trabalho.

Acção 1. Propõe-se que seja conduzida uma avaliação de necessidades do IPA em termos de gestão do conhecimento e rede de trabalho.

Acção 2. Incluir as necessidades futuras do IPA em termos de rede de trabalho e formação na proposta para o projecto de média dimensão do GEF para a expansão da DLIST e procurar financiamento complementar de outros doadores bem como do próprio orçamento do IPA.

5.1.1.3 *Capacitação*

Os membros do IPA identificaram uma grande necessidade de capacitação ao nível da língua inglesa e informática. Conhecimentos de língua inglesa são recomendáveis para quebrar o isolamento entre nacionais, doadores e outros visitantes.

Acção 1. Preparar um plano de “primeira aproximação” para capacitação do IPA e procurar fontes de financiamento e fornecedores de serviços.

5.1.2 *Reestruturar a Intervenção do IPA*

5.1.2.1 *Reestruturar o Programa do IPA*

O IPA tem um Programa de Fomento e Desenvolvimento da Pesca Artesanal bem estruturado e coerente, marcado por uma abordagem holística da assistência a pescadores de pequena escala e subsistência e contendo projectos específicos. No entanto, para efeitos de financiamento exterior o programa poderá precisar de ser transformado em propostas genéricas e planos práticos.

Acção 1. Transformar o programa num ou mais formatos que sejam adequados para apresentação a doadores, incluindo a segunda fase do Programa BCLME.

Acção 2. Investigar potenciais fontes de financiamento, tanto em Angola como fora de Angola, para o Programa do IPA.

5.1.2.2 *Alinhar o novo mandato do IPA com programas financiados por doadores*

O IPA tem um mandato enorme que foi recentemente expandido para incluir a pesca continental também. Assim, revela-se necessária a reconciliação do mandato do IPA com programas financiados por doadores, tais como o Programa OKACOM⁴⁰, financiado pelo GEF e recentemente lançado para a gestão do sistema do Rio Okavango.

Acção 1. Deverá ser prestada assistência para alinhar programas de doadores com o novo mandato do IPA e para auxiliar o instituto a tirar vantagem das tendências globais e assistência em termos de gestão de águas interiores e redução da pobreza.

⁴⁰ Ver <http://www.iwnn.com.na/namibianet/okacom/>

5.1.2.3 *Assegurar uma ampla cobertura geográfica*

Como resultado da situação económica das últimas décadas, as actividades descentralizadas do IPA foram reduzidas. A criação ou reactivação das representações provinciais, bem como a implementação de centros de apoio nas províncias costeiras e a intervenção de extensionistas contribuirá para melhorar esta situação.

Acção 1. Assegurar que o Programa do IPA é implementado de forma descentralizada e que os fundos cobrem a costa inteira de acordo com as prioridades existentes. Deverão ser criados projectos piloto nas sete províncias costeiras, em parceria com ONGs ou outras partes interessadas. Os centros costeiros propostos poderão dar um grande impulso para a descentralização.

5.1.2.4 *Iniciar o diálogo com o sector industrial*

Ambos os sectores beneficiariam de um diálogo e colaboração mais próximos, principalmente no que diz respeito a conflitos relacionados com recursos e espaços comuns.

Acção 1. Iniciar o diálogo entre o INAIIP e o IPA tendo em vista a discussão de possibilidades de colaboração e apoio do sector artesanal pelos pescadores industriais.

5.1.3 *Promover Projectos Piloto*

5.1.3.1 *Auditar a Cooperativa em Ambriz*

De certo modo, a cooperativa de Ambriz é um exemplo de sucesso do sistema de cooperativas. Todavia, tal como em qualquer operação ou negócio, a cooperativa de Ambriz poderia beneficiar de uma auditoria geral construtiva e amigável, com o objectivo de melhorar o desempenho e os resultados da cooperativa.

Acção 1. Deverá ser realizada uma auditoria à cooperativa, focando aspectos como a gestão financeira, comercialização e beneficiação de produtos e a natureza da frota existente (claramente inadequada para o mar alto). Deverão ser propostas inovações ao modelo actual, o que poderá incluir embarcações diferentes com um maior alcance e maior capacidade em termos de tonelagem e espécies alvo.

5.1.3.2 *Apoiar as Cooperativas em Sarico e Buraco*

Deverão ser implementados projectos piloto específicos no âmbito do IPA, com especial atenção para as comunidades de Sarico e Buraco. Deverão ser desenvolvidos planos de operação dirigidos a operações simples e apropriadas, visando o apoio às comunidades nos seus objectivos globais que foram claramente verbalizados durante as visitas pelos investigadores, IPA e GAPC.

Acção 1. Utilizar informação existente recolhida durante as visitas, bem como propostas anteriores do IPA e estudos participativos conduzidos pelo IPA e GAPC, para desenvolver propostas para os dois locais. Apresenta-se em Anexo II uma proposta conceptual para as cooperativas de Sarico, a qual poderá facilmente ser expandida para incluir a comunidade de Buraco.

Acção 2. Poderão ser realizados estudos sócio-económicos nestas comunidades para actualizar a informação existente, possivelmente com o apoio do IPA, GAPC e estudantes universitários. Esta informação será útil para preparar propostas e fornecer um meio de comparação para avaliar os resultados.

Acção 3. Abordar doadores e financiadores para apoio. Sarico e Buraco podem ser utilizadas como comunidades piloto para passar a mensagem a doadores e como um teste na procura de fontes de financiamento.

5.1.3.3 Utilizar as capacidades existentes na Barra do Dande

A cooperativa de Barra do Dande é bem organizada e tem conhecimento e experiência de organização de cooperativas. Esta cooperativa pode tornar-se um centro de formação e troca de experiências com outras cooperativas.

Acção 1. Os membros da cooperativa deverão ser apoiados tendo em vista a promoção da troca de experiências com outras cooperativas e entidades. Poderão ser encorajadas visitas de intercâmbio e formação para membros de outras cooperativas.

Acção 2. A cooperativa de Barra do Dande poderá funcionar como um teste para a expansão da DLIST nas comunidades costeiras de Angola.

5.1.3.4 Monitorização e formação

O sucesso das cooperativas depende da formação sobre temas relacionados com a gestão de cooperativas, métodos de pesca, manutenção de utensílios de pesca, transformação e venda do pescado e monitorização das capturas.

Acção 1. A recolha e análise sistemática de dados de capturas, com *feedback* aos pescadores, deverá ser retomada ou iniciada em todas as comunidades.

Acção 2. A formação sobre contagem e outros aspectos relacionados com a gestão das cooperativas deverá ser direccionada ao maior número possível de comunidades. Poderão ser utilizados casos de boas práticas como exemplos durante a formação ou visitas de intercâmbio. As cooperativas poderão beneficiar do conhecimento adquirido por cooperativas como as de Barra do Dande e Ambriz através de troca de experiências e formação prática, tanto nestas cooperativas como levando membros das cooperativas bem sucedidas para dar formação *in situ* noutras comunidades.

5.1.4 Melhorar o Sistema de Cooperativas

5.1.4.1 Avaliar o sistema de cooperativas em Angola

O sistema de cooperativas é encarado pelas diferentes partes interessadas como um sistema apropriado para Angola. Dado que o sistema se encontra em evolução, existem vários níveis de sucesso e não se sabe ao certo até que ponto as cooperativas têm atingido o seu objectivo de melhorar os níveis de vida nas comunidades costeiras. Um estudo do sistema de cooperativas em Angola, conduzido em conjunto pelo IPA, comunidades e cooperativas, poderá resumir as “lições aprendidas” nas cooperativas e indicar soluções para uma maior produtividade e direcções futuras.

Acção 1. Deverá ser realizado um estudo sob os auspícios do IPA e em colaboração estreita com as comunidades costeiras, cooperativas e ONGs locais para examinar de modo crítico as cooperativas, com o objectivo de identificar modos inovativos de melhorar o seu desempenho. Os resultados deste estudo poderão ser aplicados a cooperativas existentes bem como a cooperativas emergentes e totalmente novas. O Anexo IV apresenta os TdR para este estudo.

5.1.4.2 Promover a troca de experiências

Deverá ser promovida a troca de experiências, tanto entre cooperativas em Angola como com cooperativas noutros países. O IPA e membros de cooperativas seleccionadas terão muito a ganhar com uma visita de intercâmbio acompanhada por bons facilitadores ao Chile, onde o sistema de cooperativas se encontra num estado maduro e bem desenvolvido ao longo do tempo. Esta visita de intercâmbio deverá ser bem planeada e deverá incluir um sistema de disseminação a activar imediatamente após o regresso dos participantes, para que o sistema de cooperativas no geral e cooperativas individuais possam retirar o máximo proveito da visita.

Acção 1. Planear uma visita de intercâmbio ao Chile no âmbito dos LME, para que se possam extrair ‘lições aprendidas’ de um sistema maduro e bem desenvolvido e para que o IPA e cooperativas possam usar estas ‘lições aprendidas’ para melhorar o desempenho do sistema global em Angola. Filmar a visita de intercâmbio e produzir um filme da visita que poderá ser utilizado para disseminação dos resultados da visita e para formação. Apresenta-se no Anexo V os TdR para a troca de experiências com as cooperativas de pescadores em Chile.

5.1.5 Avaliar os Recursos Marinhos

Os recursos biológicos marinhos de Angola são, sem dúvida, muito ricos. Os investigadores da EcoAfrica Dr. Odendaal e Dr. Velasquez raramente testemunharam recursos marinhos tão ricos em mais de dez países costeiros onde trabalharam antes. No entanto, revela-se urgente uma avaliação dos recursos para informar decisões de planeamento e gestão.

Acção 1. Deverá ser realizada uma avaliação dos recursos costeiros o mais cedo possível, incluindo da biomassa, rendimento máximo sustentável e dos recursos que migram entre as águas costeiras e as águas onde o sector de pesca industrial opera. O impacto dos pescadores industriais nos recursos partilhados deverá ser estimado, sendo essa estimativa utilizada como uma base percentual que poderá ser extraída do sector industrial para o desenvolvimento dos recursos costeiros. Estudantes da UAN, o Museu de História Natural e o IIM poderão prestar apoio nesta avaliação.

5.2 Comunidades Costeiras no Cenário Global

Angola encontra-se numa conjuntura onde os passos para desenvolvimentos futuros poderão ter uma grande influência no bem-estar das comunidades costeiras e na gestão dos recursos biológicos marinhos. Esta é a altura ideal para direccionar esses passos de modo a assegurar o envolvimento das comunidades costeiras e a preservação dos recursos naturais.

5.2.1 Turismo Comunitário

O Governo reconhece que o sector do turismo em Angola pode contribuir significativamente para a redução da pobreza através da criação de emprego imediato e assistência no processo de reintegração de famílias.⁴¹ As comunidades costeiras em Angola dependem de uma base rica de recursos naturais, mas vivem na pobreza. Confiar a gestão dos recursos naturais às comunidades é um modo de assegurar que essas comunidades beneficiarão dos seus recursos.

A promoção do turismo em Angola encontra-se ainda muito dependente do estabelecimento de recursos humanos, melhoria da qualidade das infra-estruturas e garantia de saúde e segurança pública.⁴² Não obstante, qualquer esforço inicial deverá assegurar um desenvolvimento turístico ambiental e socialmente responsável.

Acção 1. Deverão ser elaboradas Directrizes para a Avaliação Ambiental do Turismo, tendo em vista a definição de critérios ambientais e sociais para iniciativas turísticas. Têm sido promovidas directrizes semelhantes noutras partes do mundo, como na África Oriental⁴³.

Acção 2. A promoção de recursos humanos para o sector turístico deverão considerar, desde o início, a formação sobre avaliação e gestão ambiental de iniciativas turísticas.

⁴¹ AngolaPress, 28/09/03. “Turismo perspectiva aumento de receitas”. <http://www.angolapress-angop.ao/>

⁴² AngolaPress, 12/10/03. “Angola cessa mandado na Presidência da Organização do Turismo em África”. <http://www.angolapress-angop.ao/>

⁴³ Grange, N. and F. J. Odendaal, 1999. *Directrizes para a Avaliação Ambiental do Turismo Costeiro*. 197 páginas. Secretariado para a Gestão Costeira da África Oriental. Maputo, Moçambique.

- Acção 3.** Mais importante ainda é um estudo do *status quo* do desenvolvimento turístico nas regiões costeiras do Sul de Angola, com vista a promover os benefícios para as populações locais, antes que se criem tendências que poderão ser difíceis de inverter mais tarde. O estudo deverá incluir benefícios potenciais de uma ACTF propriamente desenvolvida.
- Acção 4.** Ambriz e Barra do Dande carecem de estudos turísticos de ‘primeira aproximação’ que possam ajudar a guiar desenvolvimentos futuros nestes dois locais.
- Acção 5.** A Barra do Kuanza oferece excelentes condições para actividades tais como pesca desportiva. As iniciativas nesta área estão a crescer, pelo que se revela necessário uma avaliação do desenvolvimento turístico actual e potencial na área, em termos do envolvimento das comunidades. Identificar modos de promover turismo comunitário.

5.2.2 Plano de Gestão Integrada da Zona Costeira

A costa é uma parte única do ambiente que alberga uma grande diversidade de habitats e suporta uma multitude de actividades humanas. Locais como o Ilhéu dos Pássaros, a Praia da Onça e a Barra do Kuanza encontram-se ameaçados por actividades humanas contra as quais são necessárias políticas e regulamentos adequados. Na ausência de directrizes específicas, o desenvolvimento costeiro descontrolado pode ter sérios efeitos prejudiciais tanto para os habitats como para as populações costeiras. Deste modo, torna-se absolutamente fundamental a elaboração de um Plano de Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC) para a costa angolana.

- Acção 1.** Deverá ser preparado um Plano de GIZC com o objectivo de definir princípios e directrizes que assegurem que qualquer desenvolvimento na zona costeira seja ambiental e socialmente responsável. A preparação deste plano deverá ser um processo participativo, envolvendo entidades a diferentes níveis desde o governo até às comunidades. Deverá ser tomado cuidado para não entregar este importante processo apenas a consultores.

5.2.3 Gestão Comunitária de Recursos Naturais

Envolver as comunidades em iniciativas de conservação é um modo de assegurar que as comunidades beneficiarão dos seus recursos naturais. A partilha de benefícios e de poder são conceitos centrais da Gestão Comunitária de Recursos Naturais (GCRN). Numa altura em que se está a planear, preparar ou discutir legislação importante, o conceito de GCRN deverá ser tido em conta e deverá sustentar políticas e planos futuros.

- Acção 1.** Deverá ser dado *input* ao nível da definição de políticas para garantir a integração do conceito de GCRN na legislação, políticas e planos para a gestão de recursos naturais, tais como em áreas protegidas. As cooperativas são plataformas excelentes para actividades e programas de GCRN.

5.3 O Grande Salto

Angola tem recursos biológicos marinhos ricos. O Governo deve ser elogiado por ter tornado disponíveis para as comunidades os recursos dentro da área de 3 milhas náuticas ao longo da costa. Esta decisão demonstra dedicação para erradicar a pobreza e possibilitar uma vida melhor para todos, uma vez que se os recursos forem devidamente utilizados não há necessidade de existirem os níveis de pobreza que são hoje visíveis ao longo da costa. No entanto, é necessário financiamento para desenvolver estes recursos, bem como um certo nível de conhecimento técnico. Seria imprudente depender exclusivamente de doadores para a obtenção desse financiamento, dado que os mecanismos de doadores são pesados e muitas vezes ligados a inúmeras condições. Recomenda-se, pelo contrário, que uma contribuição de desenvolvimento, correspondente a uma determinada percentagem do rendimento bruto do sector comercial, seja implementada para aplicação no desenvolvimento das

cooperativas. Afinal, não só a grande maioria das frotas de pesca são propriedade de estrangeiros, como também muitos dos recursos são partilhados entre as cooperativas costeiras de pescadores e as frotas estrangeiras, na medida em que muitas espécies se movem dentro da linha de 3 milhas náuticas. Estes factos podem constituir a base de cálculo da contribuição. Desta contribuição resultará financiamento sustentável e imediatamente disponível. Recomenda-se que seja adjudicada uma pequena consultoria para assistir o IPA e a Direcção de Pescas a instalar este novo sistema *o mais cedo possível*.

.

ANEXO I: ÁREAS PROTEGIDAS AO LONGO DA COSTA

Angola tem 37 áreas protegidas cobrindo 15,1% do território. 13 são “áreas de protecção integral”, ou seja áreas de elevado nível de protecção, cobrindo uma área de 82 000 km² ou 6.6% do território de Angola: são os parques nacionais de Kissama, Cangandala, Bicuar, Iona, Mupa e Cameia; o parque regional integral de Chimalavera, as reservas naturais integrais de Luando e Ilhéu dos Pássaros; e as reservas parciais de Luiana, Búfalo, Namibe e Mavinga.⁴⁴ Três áreas protegidas importantes localizam-se ao longo da costa: o Parque Nacional de Kissama, a Reserva Parcial de Namibe e o Parque Nacional de Iona.

Parque Nacional de Kissama

Estabelecido como uma reserva de caça em 1938, Kissama foi declarado parque nacional em 1957. O Parque é limitado a Oeste por 120 km de costa, a Norte pelo Rio Kuanza e a Sul pelo Rio Longa. Os habitats na área de 9 600 km² variam entre as planícies aluviais do Rio Kuanza e escarpas adjacentes, e os bosques densos, savanas arborizadas e vastas pradarias no interior do parque. A presença de espécies tais como búfalos, elefantes, rinocerontes, antílopes, palanca vermelha, *eland*, *bushbuck*, *waterbuck*, manatim e tartarugas marinhas foi consideravelmente reduzida devido a décadas de guerra, caça furtiva e utilização excessiva de vegetação herbácea, sendo desconhecidos os seus números actuais.⁴⁵ A operação Noah é um projecto da Fundação Kissama⁴⁶ que envolve a introdução de várias espécies animais no Parque Nacional de Kissama. As margens dos rios ficam imersas na estação das chuvas e aves tais como flamingos, garças reais, pelicanos, patos selvagens, gaivotas, águias e corvos afluem à área. Dentro das fronteiras do parque vivem cerca de 9 000 pessoas, muitas das quais são refugiados de guerra que se encontram hoje dependentes da flora e fauna existentes no parque para a sua sobrevivência. O parque oferece alojamento na Pousada Caua, estando planeada uma pousada de luxo na Foz do Rio Kuanza, bem como safaris fotográficos ao longo do Rio Kuanza.

Parque Nacional de Iona

O Parque Nacional de Iona, com uma área de 15 150 km², situa-se na Província do Namibe e foi proclamado parque nacional em 1937. O Parque é limitado a Oeste pelo Oceano Atlântico, a Sul pelo Rio Kunene, um rio perene, e a Norte e Este pelo Rio Curoca. A topografia varia entre as dunas ao nível do mar e as Montanhas Tchamalinde a Este, com grandes planícies na área central. O Parque contém três tipos de crescimento de plantas incluindo planícies de gramíneas anuais e dunas activas, bem como um mosaico combinado de arbustos xerofíticos, planícies de gramíneas anuais e planícies de arbustos pequenos. Existiu no passado uma variedade impressionante de vida selvagem, incluindo elefante, órix, *kudu*, rinoceronte negro, chita, hiena manchada, várias espécies de chacal e *Damara Dik-Dik*, mas o seu estado é hoje desconhecido e algumas espécies tais como o rinoceronte negro poderão ter desaparecido completamente.⁴⁷

Existe apenas um pequeno refúgio que tem recebido visitantes desde 2001.⁴⁸ O Parque sofreu os efeitos da guerra, com a presença de minas, a destruição de infra-estruturas, a extinção do rinoceronte negro e a redução da população de zebras. A empresa privada Orca Lda tem uma concessão para o

⁴⁴ Coelho, A., 2001. *Lei de Bases do Ambiente Anotada*. Coleção Faculdade de Direito Universidade Agostinho Neto, Luanda; e www.embaixadadeangola.org/cultura/turismo/turismo.html

⁴⁵ Fundação Kissama, www.kissama.org

⁴⁶ A Fundação Kissama foi fundada em 1996 por sul africanos e angolanos com o objectivo de reabilitar o Parque Nacional de Kissama, bem como outros parques em Angola, através da protecção dos ecossistemas actuais e assegurando o envolvimento de grupos interessados na gestão do parque, bem como contribuindo para a manutenção da diversidade cultural e desenvolvimento rural das comunidades no parque e áreas adjacentes (ver www.kissama.org).

⁴⁷ www.kissama.org

⁴⁸ Ikusa Libros, S.L., <http://www.ikuska.com/Africa/natura/parques/angola.htm>

desenvolvimento turístico do Parque. A população nesta área é estimada em 400 famílias, principalmente criadores de animais.⁴⁹

Reserva Parcial do Namibe

A Reserva Parcial do Namibe foi estabelecida em 1957. Limitada a Oeste pela costa entre a Foz do Rio Bero e a Foz do Rio Curoca, a Reserva cobre uma área de 4 680 km². A área consiste em dunas desérticas, zonas de planície e de montanhas. Existiam na reserva mamíferos como elefante, *kudu*, órix, rinoceronte negro e zebra de montanha *Hartmanns*, mas os seus números são actualmente incertos. A área começou a receber visitantes em 2002.⁵⁰

⁴⁹ Pensador Sustainable Development, www.pensador.com/Iona%20Temp/ion/

⁵⁰ Pensador Sustainable Development, www.pensador.com/Iona%20Temp/ion/

ANEXO II: PLANO INTEGRADO PARA A COMUNIDADE DE SARICO

O CONTEXTO

A costa de Angola garante meios de subsistência para um grande número de pessoas. Apesar dos recursos biológicos marinhos disponíveis em abundância, os pescadores e as suas famílias vivem em condições precárias e praticam pesca artesanal com material e infra-estrutura de apoio insuficientes. Sarico, com 800 pescadores e 2 605 habitantes, não é excepção. Situada na Província de Luanda, a comunidade não tem acesso a água potável, escola ou posto de saúde. Na falta de material de pesca adequado, os pescadores recorrem a métodos que são destrutivos para o ambiente marinho, tais como o arrasto de praia. As mulheres são responsáveis pela transformação e venda de pescado que, dada a falta de instalações de refrigeração, se limita à salga e seca para venda.

Apesar das condições de vida precárias, material de pesca insuficiente e infra-estrutura de apoio inadequada, a pesca artesanal nas comunidades costeiras demonstra geralmente um elevado nível de organização. Em Sarico existem duas cooperativas legalmente estabelecidas, a *Cooperativa de Pescadores Paz de Sarico-I, S.C.R.L* e a *Cooperativa de Pescadores da Camungua, S.C.R.L.*. Cada cooperativa, com os seus estatutos próprios e um conjunto de comissões, tem 50 membros. Estes membros representam um número de pessoas consideravelmente maior, uma vez que as famílias tendem a ser numerosas e todos os membros dessas famílias podem beneficiar de uma cooperativa bem sucedida. No entanto, não são apenas os membros da cooperativa que beneficiam, pois uma certa percentagem do rendimento das cooperativas é aplicada no desenvolvimento de serviços básicos tais como escolas. Por outras palavras, as cooperativas podem representar canais valiosos para o desenvolvimento comunitário.

O Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (IPA) presta assistência às cooperativas de pesca. Estabelecendo a ligação entre o Ministério das Pescas e as comunidades costeiras, o IPA visa garantir que as comunidades explorem os recursos biológicos marinhos de modo sustentável para satisfazer as suas necessidades. As cooperativas são baseadas em esforços colectivos pelos pescadores, tornando-se canais para a promoção de actividades sustentáveis de pesca, para apoio do Governo e para a melhoria do bem-estar das comunidades. O sistema de cooperativas está a tornar-se mais difundido em Angola e, apesar das incertezas acerca do seu sucesso, todas as entidades envolvidas no processo levam o sistema a sério e estão empenhadas em garantir o seu sucesso.

ANTECEDENTES DO PROJECTO

A comunidade de Sarico, e em particular as duas cooperativas que estão estabelecidas nesta comunidade, têm demonstrado um grande interesse e participado em iniciativas de avaliação de necessidades e capacitação promovidas pelo IPA ou ONGs locais. O seu entusiasmo foi também evidente durante a visita da EcoAfrica a Sarico em Novembro de 2003, sob os auspícios do Programa BCLME. Após uma primeira visita à comunidade em conjunto com o IPA e uma ONG nacional denominada Grupo de Apoio aos Povos Carentes (GAPC), o entusiasmo da comunidade resultou numa segunda visita para preparar um plano integrado da comunidade. Os membros da cooperativa, o IPA, o GAPC e a EcoAfrica participaram em discussões relacionadas com as cooperativas e as suas necessidades, com vista a recolher informação relevante para um documento que possa ser apresentado a potenciais doadores e parceiros.

Esta proposta conceptual foi baseada na informação resultante desta reunião, bem como em trabalho anterior realizado na comunidade pelo IPA e GAPC. Propõe-se que seja prestada assistência às duas cooperativas estabelecidas na comunidade de Sarico, sob coordenação do IPA e GAPC e, se

necessário, da EcoAfrica também. As cooperativas poderão beneficiar significativamente de intervenções simples direccionadas para as necessidades identificadas pelos membros, em termos de material de pesca, infra-estrutura de apoio, água potável e instalações de saúde e educação. O apoio caso-a-caso às cooperativas é uma componente essencial da estratégia global para melhorar o sistema de cooperativas e reduzir a pobreza nas comunidades costeiras.

PROBLEMAS FOCAIS

Actualmente pescando para subsistência, os pescadores artesanais de Sarico carecem de material adequado para atingir níveis de capturas mais elevados, o que lhes permitiria investir na melhoria das condições de vida da comunidade. As maiores necessidades da comunidade, tal como identificadas pelos seus membros, podem ser resumidas do seguinte modo:

Material de pesca insuficiente e inadequado: na falta de motores e utensílios de pesca suficientes, os pescadores ficam restringidos à pesca à rede perto da costa e ao arrasto de praia. Enquanto a pesca à rede perto da costa resulta em capturas mais reduzidas e é dificultada pela proximidade de grandes navios de arrasto, o arrasto de praia é uma prática proibida que resulta em capturas de peixe de tamanho abaixo do aconselhável.

Falta de infra-estrutura de apoio para actividades de pesca: os pescadores têm falta de conhecimento e instalações para a manutenção e reparação de equipamento de pesca, locais de desembarque adequados, áreas e equipamento para a transformação e venda do pescado e instalações de refrigeração. O produto não é, assim, valorizado, apesar da proximidade de Luanda e de um grande mercado.

Falta de formação: os pescadores reconhecem a necessidade de formação sobre práticas sustentáveis de pesca, manutenção de equipamento e organização de cooperativas e têm expressado interesse na protecção da biodiversidade marinha, tal como foi ilustrado durante a visita da EcoAfrica quando a comunidade libertou uma tartaruga marinha que tinha sido apanhada na rede.

Condições de vida precárias: a comunidade vive em condições difíceis, sem acesso à água potável, sem instalações de educação e saúde e, geralmente, com condições habitacionais pobres. Algumas intervenções simples, como saneamento básico rudimentar e a cultura de vegetais como fonte de vitaminas, poderão melhorar consideravelmente o nível de vida.

PRINCIPAIS BENEFICIÁRIOS E PARTES INTERVENIENTES

Pretende-se que o apoio proposto beneficie os pescadores e as mulheres que trabalham nas cooperativas, as suas famílias e a comunidade de Sarico em geral. Espera-se que as intervenções resultem numa maior capacidade de captura e transformação, aumentando o rendimento dos pescadores e das mulheres responsáveis pela transformação e venda do pescado. Será, assim, possível o investimento na melhoria das condições de vida da comunidade. Finalmente, sem este apoio não fará sentido introduzir programas de conservação destinados a preservar a biodiversidade marinha, tal como as tartarugas que se estão a tornar mais raras.

Seguindo a abordagem participativa utilizada para preparar esta proposta, as intervenções sugeridas deverão ser propriedade das cooperativas e envolver entidades externas quando necessário. Os membros da cooperativa estão no centro da execução, monitorização e avaliação do projecto. O IPA desempenha um papel fundamental, como elo de ligação entre a comunidade e o governo. O GAPC deverá apoiar a implementação, enquanto a EcoAfrica prestará apoio técnico apenas quando não houver apoio local disponível.

Este apoio poderá ser replicado noutras comunidades utilizando a abordagem das 'lições aprendidas'. Apesar de ser importante reforçar o quadro institucional global das cooperativas e do IPA, não se

pode ignorar o facto de que as cooperativas representam os blocos elementares e que nada poderá ser mais poderoso do que exemplos bem sucedidos que possam ser replicados ao longo da costa.

OBJECTIVOS

O projecto visa tornar as cooperativas na comunidade de Sarico mais auto-sustentáveis, através da contribuição para a melhoria da sua capacidade material e organizacional. Pretende-se que o projecto satisfaça algumas das necessidades identificadas durante um exercício de avaliação de necessidades onde participaram membros das cooperativas, IPA, GAPC e EcoAfrica.

ACÇÕES

Para alcançar os objectivos referidos, serão implementadas as seguintes acções:

1. Preparar um plano detalhado de implementação para apoio às duas cooperativas na comunidade de Sarico, incluindo as necessidades alvo específicas e as acções e recursos necessários.
2. Implementar o projecto com o IPA e GAPC e prestar assistência contínua na monitorização do projecto.

RESULTADOS

Espera-se que as duas cooperativas em Sarico possam alcançar níveis mais elevados de organização, produtividade e rendimento, bem como melhores condições de trabalho. Espera-se que os rendimentos mais elevados resultantes do trabalho das cooperativas possam ser investidos na melhoria das condições de vida da comunidade.

POTENCIAL EXPANSÃO

Deverá ser considerada a possibilidade de apoiar não uma mas *duas* comunidades, uma a norte e outra a sul de Luanda. Tal possibilidade produzirá dados úteis para o IPA sobre o modo de funcionamento das cooperativas, podendo contribuir para identificar modos de melhorar o sistema de cooperativas em Angola. A proposta técnica preparada pelo IPA em 2002 para a comunidade do Buraco⁵¹, situada 60 km a Sul de Luanda, poderia funcionar como uma componente gémea de Sarico. Idealmente, deverá ser prestada assistência semelhante à comunidade de Buraco num plano duplo que dará mais força à abordagem das 'lições aprendidas' e que servirá de base para o desenvolvimento do sistema global de cooperativas nas áreas costeiras angolanas.

⁵¹ "Buraco Coastal Fishing Community as Demonstration Project for BCLME (*Comunidade Costeira Piscatória de Buraco como Projecto de Demonstração para o Programa BCLME*)", proposta submetida pelo Presidente do Grupo de Tarefa sobre Pesca Artesanal, Sr. Duarte Kaholo, ao Director do Centro de Actividade de Recursos Biológicos Marinhos, Dr. Hashali Hamukuaya, em 6 Dezembro 2002.

ANEXO III: TDR PARA A PREPARAÇÃO E ACOLHIMENTO DA PÁGINA DE INTERNET DO IPA

O CONTEXTO

Mais de uma centena de comunidades dependem da riqueza da costa angolana, explorando os recursos biológicos marinhos para satisfazer as suas necessidades. Num contexto de condições de vida precárias e falta de alternativas, os pescadores utilizam muitas vezes métodos e utensílios que são destrutivos para o ambiente marinho, tais como a arte de arrasto de praia, redes de malha fina, explosivos e plantas venenosas. As infra-estruturas de apoio são geralmente inadequadas, o que reduz ainda mais os níveis de produtividade e de rendimento.

O Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (IPA) é o elo mais forte entre estas comunidades e o Ministério das Pescas. Sendo um instituto para a promoção e desenvolvimento da pesca artesanal, a intervenção do IPA é essencial para garantir que as comunidades gerem os seus recursos biológicos marinhos de modo sustentável. Para tal, o IPA apoia a criação de cooperativas de pescadores, aconselha e dá formação sobre gestão de pescas e criação de micro-empresas e facilita a concessão de crédito para aquisição de novo material de pesca.

Em Novembro de 2003, a EcoAfrica realizou uma visita a Angola sob os auspícios do Programa BCLME e teve a oportunidade de reunir com pessoal chave no IPA, bem como presenciar o trabalho do IPA no terreno. Foi identificado um conjunto de necessidades do IPA que actualmente limitam o seu sucesso. Uma necessidade muito clara é a de reforçar a imagem do IPA e facilitar a ligação com partes externas. O IPA tem uma grande quantidade de materiais, incluindo um programa, estatutos, legislação, organigramas e dados de campo. No entanto, este material não se encontra organizado de um modo acessível a entidades externas que queiram estabelecer uma relação com o IPA. Parte do material do IPA é bastante extenso, difícil de utilizar pelos doadores e em português. Estes obstáculos limitam as oportunidades de apoio de doadores e parceiros a projectos do IPA, comprometendo a gestão sustentável dos recursos biológicos marinhos para satisfazer as necessidades das comunidades costeiras. Assim, propõe-se que seja prestada assistência ao IPA para ultrapassar estes obstáculos.

OBJECTIVOS

Neste contexto, propõe-se o seguinte:

1. Tornar o material do IPA mais facilmente digerível por potenciais doadores e parceiros, através da reestruturação de vários documentos relacionados com a missão, estatutos e actividades do IPA num formato popular, disponível em português e inglês.
2. Prestar assistência na promoção do IPA em Angola e no estrangeiro, através da produção de uma página de Internet para o Instituto que seja interactiva, fácil de navegar, de leitura simples e com manutenção adequada.

ACÇÕES

Para atingir os objectivos propostos, serão levadas a cabo as seguintes acções:

1. Ler e digerir o material do IPA, incluindo as várias leis, os estatutos, o Programa, as compilações de dados de terreno e outros documentos relevantes. As reuniões efectuadas

durante a visita da EcoAfrica a Angola oferecem informação adicional para compreender a missão, objectivos, actividades e planos do IPA.

2. Reestruturar o material do IPA num formato popular que seja coerente e facilmente digerível por entidades externas e que reflecta a natureza, organização e actividades do Instituto.
3. Produzir uma página de Internet utilizando o resultado a acção 2. e fotografias relevantes das comunidades costeiras obtidas durante a visita a Angola.
4. Acolher a página num *dummy website* e melhorá-la através de interacção com o IPA.
5. Acolher a página e assegurar a sua manutenção durante um ano sem custos para o Instituto.
6. Prestar assistência limitada ao IPA na interpretação e processamento de questões colocadas ao Instituto através da página de Internet.

RESULTADOS E SERVIÇOS

Os resultados deste projecto consistirão no seguinte:

1. Uma página de Internet do IPA, em português e inglês, contendo informação relevante sobre o pessoal, actividades e programa do IPA e num formato atractivo e fácil de utilizar por entidades externas.
2. Uma página de Internet acolhida num servidor de confiança, com manutenção durante um ano de um modo interativo com o IPA.
3. Apoio ao IPA, se necessário e de forma limitada, no processamento e resposta a questões que chegam ao Instituto através da página de Internet como, por exemplo, de organizações que queiram criar parcerias ou participar nas actividades do IPA, durante um período de um ano.

ANEXO IV: TDR PARA O ESTUDO DO SISTEMA DE COOPERATIVAS EM ANGOLA

O CONTEXTO

Ao longo da costa de Angola vive um grande número de pessoas que explora os recursos biológicos marinhos para satisfazer as suas necessidades. Os homens dedicam-se às actividades de pesca, enquanto as mulheres são responsáveis pela transformação e venda do pescado. Com uma base abundante e saudável de recursos biológicos marinhos, existe um grande potencial para uma elevada produtividade na pesca e, conseqüentemente, uma melhoria do bem-estar das comunidades. Infelizmente, a realidade do dia-a-dia nas áreas costeiras é diferente. As populações costeiras vivem em condições precárias, sendo as famílias quase incapazes de satisfazer as suas necessidades mais básicas, quanto muito lutar por um desenvolvimento mais edificante através da educação. Todavia, apesar de condições de vida geralmente pobres, a pesca artesanal nas comunidades costeiras demonstra muitas vezes um elevado nível de organização.

Pensa-se que a resposta para o combate à pobreza na zona costeira seja um sistema baseado em esforços colectivos dos pescadores. Este sistema é conhecido como sistema de cooperativas de pescadores, no qual as pessoas reúnem os seus recursos e esforços numa tentativa de melhorar as suas vidas. O sistema de cooperativas de pescadores está a difundir-se em Angola. O seu maior promotor é o Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (IPA), o elo mais forte entre o Ministério das Pescas e as comunidades costeiras. Lutando pela gestão sustentável dos recursos biológicos marinhos, o IPA considera o sistema de cooperativas um modo eficaz para atingir esse objectivo. A maquinaria para o desenvolvimento das cooperativas está instalada: estabelecidas por membros da comunidade, as cooperativas tornam-se entidades legais assim que os seus estatutos são publicados oficialmente e servem como canais para apoio do governo. Um número crescente de comunidades está a optar por este caminho. Entre outras actividades, o IPA presta assistência no estabelecimento de cooperativas, bem como na formação sobre gestão de pescas e criação de micro-empresas e cooperativas.

O potencial para o sistema de cooperativas de pescadores atingir os seus objectivos, nomeadamente o desenvolvimento comunitário através da utilização sustentável de recursos, é aparentemente vasto. Apoiada tanto pelas comunidades como pelo Governo, e baseada em recursos ainda saudáveis, nada parece impedir o sucesso deste sistema. No entanto, o sistema de cooperativas encontra-se ainda em evolução e, tal como seria de esperar, observam-se diferentes níveis de sucesso. A questão que se coloca é até que ponto as cooperativas satisfazem as necessidades dos pobres e alcançam o seu objectivo global de melhorar o nível de vida e criar mais oportunidades para os habitantes costeiros. A resposta está numa análise minuciosa do sistema de cooperativas de pescadores, que hoje se revela necessária para determinar o caminho a seguir. Existem, sem dúvida, muitas 'lições aprendidas' que podem ser extraídas de cooperativas em diferentes áreas geográficas e em variadas fases do seu desenvolvimento. Tais lições podem ser sintetizadas de um modo colectivo pelos pescadores, o IPA e os membros da comunidade para indicar o caminho para cooperativas mais produtivas e maiores possibilidades das comunidades beneficiarem do sistema.

Propõe-se, assim, que seja conduzido um estudo em estreita colaboração com o IPA, as comunidades e as próprias cooperativas, através do qual as 'lições aprendidas' possam ser extraídas e analisadas de um modo crítico mas positivo, e o futuro das cooperativas possa ser examinado. Quando conduzido num ambiente de confiança mútua e respeito entre os participantes, espera-se que um exercício desta natureza produza informação útil. Em particular, deverão ser investigadas as vantagens e o potencial das cooperativas adoptarem uma orientação mais empresarial e, talvez, de se tornarem percursoras de pequenos negócios que podem evoluir ao longo do tempo. O estudo deverá ainda investigar como as

parcerias entre cooperativas poderão evoluir e organizar-se e, ainda, como poderão evoluir de esforços colectivos comunitários para entidades semi-industriais.

Esta é a altura ideal para um estudo desta natureza. O sistema está implementado há 25 anos e quando, em Novembro de 2003, a EcoAfrica realizou uma visita a Angola sob os auspícios do Programa BCLME, os investigadores da EcoAfrica encontraram um Instituto ansioso por explorar alternativas para tornar as cooperativas mais auto-sustentáveis. Durante esta visita, a EcoAfrica teve a oportunidade de visitar um conjunto de cooperativas nas Províncias de Luanda e Bengo. Apesar dos diferentes níveis de organização observados, todas as cooperativas visitadas demonstraram estar conscientes das suas necessidades em termos de organização e formação. Tanto o IPA como os pescadores reconhecem que a taxa de sucesso das cooperativas precisa ser melhorada. Espera-se que o estudo do sistema de cooperativas identifique novas formas de melhorar a sustentabilidade financeira das cooperativas e, conseqüentemente, os benefícios que traz aos seus membros. Concentrando-se num número de cooperativas piloto, os resultados do estudo produzirão benefícios para o sistema global através de um processo de disseminação.

OBJECTIVOS

Os objectivos principais do estudo são:

1. Examinar de modo crítico uma série de cooperativas de pescadores e extrair 'lições aprendidas' que possam apontar o caminho para modos inovativos de melhorar o desempenho global das cooperativas.
2. Delinear uma estratégia clara e faseada para reforçar o sistema de cooperativas, potencialmente utilizando um conjunto de cooperativas de pescadores existentes como cooperativas piloto que serão acompanhadas de perto.
3. Investigar, sugerir e potencialmente realizar actividades para aumentar a exposição das cooperativas de pescadores a diferentes possibilidades e opções. Como exemplos de actividades, membros de cooperativas seleccionadas poderão ser convidados para um sessão de *feedback* na Barra do Dande e poderá ser distribuído um manual simples ou um panfleto.

ACÇÕES

Para alcançar os objectivos descritos, serão realizadas as seguintes acções:

1. Recolher informação de base relevante acerca das cooperativas de pescadores em Angola, a sua estrutura, problemas e sucessos. Esta informação pode ser maioritariamente obtida a partir da base de dados e conhecimentos do IPA, mas também a partir de estudos no terreno.
2. Preparar e conduzir um estudo do sistema de cooperativas, abordando aspectos sociais, financeiros e ambientais do seu funcionamento. Para tal, serão realizadas visitas a cooperativas piloto, discussões com membros das cooperativas e discussão dos resultados com o IPA.
3. Planear e realizar visitas de intercâmbio por pessoal do IPA e membros de cooperativas seleccionadas a cooperativas bem sucedidas. Filmar as visitas para que as 'lições aprendidas' possam ser difundidas.
4. Planear e implementar sessões de *feedback* e disseminação de informação através de panfletos ou um manual simples que seja fácil de compreender e que possa ser utilizado para formação.
5. Produzir uma estratégia faseada para implementação dos resultados, tendo em conta que cada cooperativa é diferente mas que existem realidades, limitações e potenciais comuns.

ABORDAGEM

O estudo seguirá uma abordagem participativa que garantirá colaboração estreita entre o IPA, membros da cooperativa, membros das comunidades e ONGs locais ou nacionais. Haverá colaboração estreita com dez comunidades piloto em particular, seleccionadas de modo a obter um conjunto representativo da costa e dos vários níveis de desenvolvimento das cooperativas. A disseminação do estudo contará com a intervenção das delegações provinciais do IPA e ONGs nacionais ou locais. Os consultores que participarem no estudo deverão ter conhecimentos sobre a costa angolana, bem como sobre empresas comunitárias e de pequena escala.

RESULTADOS E SERVIÇOS

Os resultados do estudo serão os seguintes:

1. Um relatório do estudo do sistema de cooperativas em Angola e uma estratégia faseada para implementar os resultados. Os resultados deste estudo deverão ser aplicáveis a cooperativas existentes assim como a cooperativas emergentes e totalmente novas, e deverão estar disponíveis em Inglês e Português.
2. Disseminação dos resultados, utilizando sessões de *feedback*, um filme simples, panfletos ou um manual simples. A partilha de informação com outras cooperativas, mesmo em países tão distantes como o Chile, pode ter lugar no website do IPA ou em www.dlist.org, ou ainda nas comunidades, possivelmente utilizando a melhor cooperativa como centro de formação piloto.

CUSTO

O custo aproximado é UDS 30 000 pelo tempo dos consultores, incluindo o estudo, visitas de intercâmbio e o processo de disseminação.

ANEXO V: TROCA DE EXPERIÊNCIAS COM COOPERATIVAS DE PESCADORES EM CHILE

O CONTEXTO

O sistema de cooperativas de pescadores está cada vez mais difundido nas comunidades costeiras angolanas. Os pescadores reúnem os seus recursos e esforços para alcançar maior produtividade na exploração de uma base rica e saudável de recursos biológicos marinhos. Na falta de material de pesca e infra-estrutura de apoio adequados, as capturas são baixas e os produtos pouco valorizados. As comunidades costeiras vivem geralmente em condições precárias, sendo as famílias por vezes incapazes de satisfazer as suas necessidades mais básicas. Neste cenário, as cooperativas apresentam-se como canais para melhorar a vida dos pescadores e suas famílias, uma vez que uma certa percentagem do rendimento das cooperativas é aplicada no desenvolvimento comunitário.

Estabelecidas por membros da comunidade, as cooperativas são entidades legais que servem como canais para o apoio do Governo. O sistema de cooperativas é apoiado pelo Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (IPA), o elo de ligação mais forte entre o Ministério das Pescas e as comunidades costeiras. Durante uma visita sob os auspícios do Programa BCLME, a EcoAfrica e o IPA tiveram a oportunidade de visitar cooperativas nas Províncias de Luanda e Bengo. A EcoAfrica encontrou cooperativas que estão conscientes das suas necessidades em termos de organização e formação, e um Instituto ávido de explorar alternativas para tornar as cooperativas mais auto-sustentáveis.

Uma vez que o sistema se encontra em evolução, existem vários níveis de sucesso e há muito a ganhar com a troca de experiências. As 'lições aprendidas' que foram geradas por cooperativas em várias fases de desenvolvimento poderão fornecer indicações sobre modos como o desempenho global do sistema de cooperativas pode ser melhorado. A par da troca de experiências entre cooperativas angolanas, a extracção de 'lições aprendidas' noutros países trará vantagens, dado que serão conhecidas perspectivas diferentes fora do esquema familiar de Angola. Países como o Chile, onde o sistema de cooperativas se encontra num estado maduro e bem desenvolvido, constituem excelentes oportunidades para esta troca de experiências. Assim, propõe-se que seja prestada assistência ao pessoal do IPA e membros de cooperativas seleccionadas para uma visita a cooperativas no Chile. É bem sabido que a exposição a situações diferentes, bem como a aprendizagem *in situ* podem produzir bons resultados, abrindo as mentes a novas possibilidades.

OBJECTIVOS

O objectivo principal deste projecto é fomentar a troca de experiências entre cooperativas de pescadores em Angola e no Chile, para que possam ser extraídas 'lições aprendidas' de um sistema de cooperativas que se encontra num estado maduro e bem desenvolvido, e utilizadas pelo IPA e cooperativas para melhorar o desempenho global do sistema de cooperativas de Angola.

ACÇÕES

Para atingir os objectivos propostos, serão realizadas as seguintes acções:

1. Planear uma viagem ao Chile para pessoal do IPA e membros de cooperativas seleccionadas.
2. Visitar cooperativas no Chile, participar em discussões com membros das cooperativas e filmar a visita de intercâmbio.

3. Produzir um filme da visita de intercâmbio num formato que seja fácil de compreender e possa ser utilizado para formação.
4. Preparar e conduzir um processo de disseminação utilizando o filme, através do qual as 'lições aprendidas' poderão ser melhor difundidas.

RESULTADOS

Os principais resultados deste projecto serão os seguintes:

1. 'Lições aprendidas' que poderão ser resumidas num breve relatório da visita e que poderão fornecer indicações sobre como melhorar o sistema global de cooperativas de pescadores em Angola.
2. Um filme da visita de intercâmbio que poderá ser utilizado para disseminação das 'lições aprendidas' extraídas durante a visita, bem como para formação.

CUSTO

O custo aproximado é USD 5 000 pelo tempo dos consultores e o processo de disseminação, mais o custo da viagem.



This report is a production of Eco Africa Environmental Consultants that was commissioned by the Benguela Current Large Marine Ecosystem (BCLME) Programme, a programme funded by the Global Environmental Facility (GEF) through the United Nations Development Programme (UNDP).



Eco AFRICA